



GUIA DE ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS SITUACIONAIS MUNICIPAIS DE INDICADORES ODS



**Coletânea
Territorialização dos ODS**

SEU MUNICÍPIO AJUDANDO A TRANSFORMAR O MUNDO





Coletânea Territorialização dos ODS

SEU MUNICÍPIO AJUDANDO A TRANSFORMAR O MUNDO

2

GUIA DE ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS SITUACIONAIS MUNICIPAIS DE INDICADORES ODS



Guia de Elaboração de Diagnósticos Situacionais Municipais de Indicadores ODS.
[Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento]. – Brasília : PNUD, 2021.
159p. – (Coletânea Territorialização dos ODS: Seu município ajudando a transformar o mundo).

Bibliografia

ISBN 978-85-88201-62-0

1. Agenda 2030 para desenvolvimento sustentável
2. Desenvolvimento sustentável
3. Desenvolvimento territorial

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - BRASIL

© PNUD 2021



Esta publicação está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Atribuição-Uso Não-Comercial-Partilha 3.0 IGO (CC - BY - NC - SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/bync-sa/3.0/igo>). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Katyna Argueta

Representante Residente

Carlos Arboleda

Representante Residente Adjunto

Maristela Marques Baioni

Representante Residente Assistente

PARCERIA

Petrobras

COORDENAÇÃO

Ieva Lazareviciute

Coordenadora da Unidade de Cooperação Descentralizada – PNUD Brasil

ORGANIZAÇÃO

Giane Boselli

Gerente de Projetos da Unidade de Cooperação Descentralizada – PNUD Brasil

PESQUISA E TEXTOS

Giane Boselli e Marialina Côgo Antolini

COLABORAÇÃO

Elizabeth Filizzola, Gabriela Nicolau e Talita Aquino

REVISÃO TÉCNICA

Ieva Lazareviciute – PNUD Brasil

DIAGRAMAÇÃO

Sense Design & Comunicação

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Aurélia Hespanhol

FOTOGRAFIA DE CAPA

Brenda Alcântara

PREFÁCIO

A Coletânea *Territorialização dos ODS: Seu Município Ajudando a Transformar o Mundo* é fruto do Projeto Territorialização e Aceleração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD|Brasil), em parceria com a Petrobras, de 2019 a 2021.

A aprovação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) por 193 países membros na 70ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, tratou-se de uma iniciativa global voltada ao desenvolvimento econômico, social e ambiental das nações signatárias. Os ODS se organizam em torno de 17 objetivos e 169 metas específicas a serem atingidos até 2030.

Para que os países alcancem os ODS até 2030, é necessário o engajamento dos governos nacionais e subnacionais (estaduais e municipais), assim como da sociedade civil e da iniciativa privada. As cidades têm uma importância central neste contexto – são os territórios onde as pessoas vivem, estudam e trabalham, onde as empresas produzem e prestam serviços, e onde o setor público arrecada tributos e presta serviços. O contexto local pode potencializar a implementação da Agenda 2030 de maneira concreta e eficiente para cidadãs e cidadãos, levando os ODS para a realidade cotidiana das pessoas.

Diante deste desafio, a Petrobras e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) se uniram para a promoção da territorialização dos ODS em 116 cidades impactadas direta ou indiretamente pela cadeia de exploração, transformação e refino de petróleo e gás, localizada em 14 estados (AM, CE, RN, PE, PB, AL, BA, MG, ES, RJ, SP, PR, SC e RS). O projeto “Territorialização e Acelera-

ção dos ODS” trabalhou intensamente para promover a formação cidadã e a ampliação das capacidades de atores locais para que planejem as ações dos governos municipais, das organizações da sociedade civil e do setor privado de forma alinhada e voltada ao alcance das principais metas previstas na Agenda 2030.

Com as 4 turmas do curso online *“Integrando a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”*, foram certificadas 5.107 pessoas de todo o país. No decorrer das turmas, foram realizadas 16 lives temáticas, que contaram com 17.300 acessos. O Programa Presencial de Capacitação em Territorialização dos ODS, curso mais aprofundado de 40 horas, foi ministrado para 28 municípios demonstrativos e certificou 259 Multiplicadores ODS. Esses grupos de multiplicadores se ampliaram, receberam assessoria técnica do PNUD e elaboraram cerca de 120 projetos voltados ao desenvolvimento sustentável de seus municípios. Também houve um curso específico para OSCs de todo o país – *“Alinhamento de Práticas de Organizações da Sociedade Civil aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”* – que alcançou um público de 785 participantes e forneceu orientações práticas de como alinhar projetos aos ODS e inovar para contribuir com o alcance de suas metas até 2030.

Além disso, foram elaborados 116 *Diagnósticos Situacionais de Indicadores ODS* e 116 *Avaliações Rápidas Integradas* do PPA 2018-2021 de todos os municípios contemplados, no intuito de subsidiar as gestões municipais e outros setores locais no alinhamento de políticas e projetos à Agenda 2030. Para a explanação desses dados junto às populações locais, foram realizados 73 webinars, que contaram com a participação de 2.843 pessoas. Ao todo, o projeto alcançou diretamente um público de cerca de 20 mil pessoas.

Outro fruto desta experiência é esta *Coletânea Territorialização dos ODS: Seu município ajudando a transformar o mundo*, que tem como objetivo auxiliar os municípios a implementarem a Agenda 2030 e transformarem-se em locais menos desiguais e com maior qualidade de vida. São materiais com foco nos gestores públicos,

privados e do terceiro setor, que trazem um passo a passo simples e direto para que seu município alcance as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As orientações e metodologias apresentadas nestes quatro livros foram geradas a partir de uma série de trabalhos que o PNUD vem desenvolvendo em cerca de 170 países na promoção da Agenda 2030 em âmbito global, nacional e local, para alcançarmos um futuro melhor, sem deixar ninguém para trás.

Desejamos uma excelente leitura a todas e todos, bem como nossos votos de que estes guias sejam muito úteis na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em cada município deste país.

Katyna Argueta

**Representante Residente
Programa das Nações Unidas
para o Desenvolvimento - Brasil**

Olinta Cardoso

**Gerente Executiva de
Responsabilidade Social
da Petrobras**

SUMÁRIO

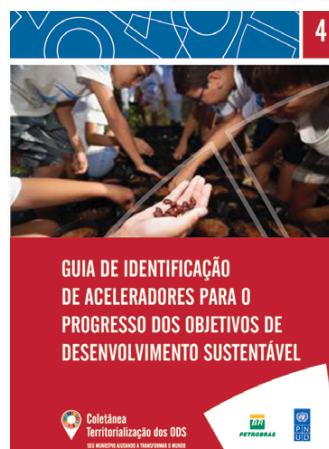
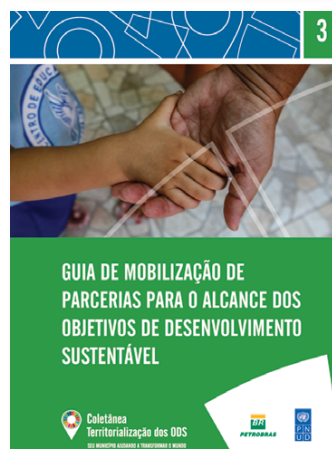
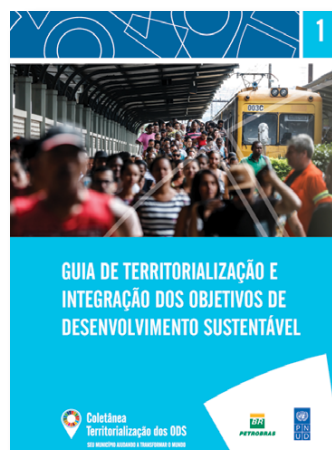
11	AGENDA 2030 E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
18	O QUE É UM DIAGNÓSTICO SITUACIONAL MUNICIPAL DE INDICADORES ODS
21	O QUE O PNUD VEM REALIZANDO EM NÍVEL LOCAL
22	QUAIS SÃO OS INDICADORES OFICIAIS DA AGENDA 2030
27	POR QUE É IMPORTANTE REALIZAR O DIAGNÓSTICO SITUACIONAL MUNICIPAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS EM ÂMBITO LOCAL?
33	COMO ELABORAR UM DIAGNÓSTICO SITUACIONAL MUNICIPAL DE INDICADORES ODS
35	COMO COMPREENDER AS METAS E INDICADORES DA AGENDA 2030
40	ONDE ENCONTRAR DADOS MUNICIPAIS
40	<i>Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil</i>
50	<i>Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan)</i>
54	<i>IBGE Cidades</i>
59	<i>Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)</i>
61	<i>Painel de Indicadores Epidemiológicos (DCCI – MS)</i>
70	<i>DATASUS – Ministério da Saúde</i>
86	<i>Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)</i>
90	<i>Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil</i>

94	MATRIZ BÁSICA PARA NORTEAR A CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO SITUACIONAL MUNICIPAL DE INDICADORES ODS
95	ORIENTAÇÕES INICIAIS
98	MODELO DE MATRIZ BÁSICA
113	PARA LEMBRAR NA HORA DE COLOCAR EM PRÁTICA
117	REFERÊNCIAS
119	ANEXO
120	QUADRO GLOBAL DE INDICADORES DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E METAS DA AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

APRESENTAÇÃO

A *Coletânea Territorialização dos ODS: Seu Município Ajudando a Transformar o Mundo* tem como objetivo auxiliar os municípios em todo o Brasil a implementarem a Agenda 2030, transformando suas cidades em locais menos desiguais e com maior qualidade de vida. São materiais com foco nos gestores públicos, privados e do terceiro setor, ou seja, em todos os atores sociais com atuação nos municípios brasileiros, que trazem um passo a passo simples e direto para o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em nível local!

A Coletânea é composta por 4 Guias:



O presente **Guia de Elaboração de Diagnósticos Situacionais Municipais de Indicadores ODS** foi produzido com o objetivo de auxiliar os municípios a identificar, coletar e monitorar os principais indicadores locais nos âmbitos sociais, ambientais e econômicos relacionados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas principais metas a serem alcançadas até 2030.

O cumprimento dos ODS dependerá da nossa capacidade de torná-los realidade em nossas cidades e regiões. Todos os objetivos previstos na Agenda 2030 têm metas diretamente ligadas às responsabilidades dos governos locais e regionais, particularmente as de prestação de serviços básicos. O acompanhamento e a avaliação das 169 metas devem ser feitos nos níveis global, nacional, regional e municipal, e o desafio é enorme para todos os que trabalham com levantamento de dados estatísticos.

Nesta publicação, são apontados os principais indicadores municipais com potencial para serem acompanhados, com prioridade para fontes estatísticas públicas e oficiais, que podem ser acessadas por qualquer pessoa. Também são comentadas aqui as lacunas existentes no conjunto de indicadores nacionais e municipais, e os desafios referentes à desagregação de dados que esta nova agenda apresenta.

O levantamento de dados para identificar onde o município está e onde deve chegar até 2030 é um precioso exercício de planejamento e proporciona um entendimento mais aprofundado sobre a realidade local. Bons indicadores apontam que o município está indo muito bem em determinadas áreas do desenvolvimento. Porém, indicadores ruins, mostram que muito trabalho ainda precisa ser feito e aperfeiçoado.

Esperamos que estes subsídios iniciais apresentados aqui sejam úteis para o esforço de produção de um retrato dos municípios de forma alinhada aos objetivos que devem ser alcançados até 2030.

Desejamos a todas e todos uma ótima leitura!



AGENDA 2030 E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. O plano tem 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todas e todos. São objetivos e metas a serem adotados pelos países, de acordo com suas próprias prioridades, atuando no espírito de uma parceria global para preservar o planeta e melhorar a vida das pessoas agora e no futuro.

Em 2015, ao adotarem o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, da Organização das Nações Unidas, as nações se comprometeram a tomar medidas ousadas e transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos sem deixar ninguém para trás. O Brasil foi um dos primeiros signatários deste instrumento internacional e se comprometeu a alcançar os 17 ODS até 2030.

O desenvolvimento sustentável é o avanço capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. Esse trabalho resulta de ações coordenadas que não esgotam os recursos para o futuro e promovem o desenvolvimento sem deixar ninguém para trás. Os 17 Objetivos traçados na Agenda 2030 buscam erradicar a pobreza e promover uma vida digna para a população mundial, dentro dos limites do planeta, de uma forma que integra o crescimento econômico, a justiça social e a sustentabilidade ambiental.

Os ODS reconhecem, basicamente, três princípios fundamentais:



Universalidade – A Agenda é aplicável para todas as tipologias de países, não apenas para países em desenvolvimento. Os ODS levam em consideração a possibilidade de abordagens nacionais adaptadas e diferenciadas para a implementação do que é visto como uma responsabilidade comum e coletiva.



Abordagem integrada – A Agenda 2030 evidencia que não é suficiente tentar alcançar os Objetivos um a um, de forma separada. Eles requerem uma abordagem integrada, a partir de ações que trarão resultados combinados, influenciando mais de um ODS. Assim, é necessária uma abordagem integrada e coerência política para um planejamento colaborativo e intersetorial.



Não deixar ninguém para trás – A Agenda 2030 incorpora fortemente a ideia de ninguém ser deixado para trás, e isso é expresso em vários objetivos e metas que buscam um alcance universal (por exemplo, metas zero: erradicar a extrema pobreza, erradicar a fome; promover uso sistemático de dados desagregados por categorias; praticar abordagem baseada na qualidade dos resultados; e elaborar quadros normativos).

A ideia também é propor um espírito de parceria e pragmatismo que leve a escolhas certas para melhorar a qualidade de vida desta e das futuras gerações, garantindo ao mesmo tempo a conservação e a preservação do planeta. A Agenda 2030 oferece orientações objetivas e metas que podem ser adaptadas por todos os países de acordo com suas prioridades e de modo a combater as raízes da pobreza de uma forma holística, agregando ações em 17 áreas nas quais é possível promover um presente e um futuro melhor.



1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA
Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares



2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL
Acabar com a fome, alcançar segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável



3 SAÚDE E BEM-ESTAR
Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE 	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
5 IGUALDADE DE GÊNERO 	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO 	Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos
7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL 	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos
8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO 	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos
9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA 	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES 	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS 	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS 	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA 	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos

14 VIDA NA ÁGUA 	Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
15 VIDA TERRESTRE 	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES 	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO 	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Os 17 Objetivos são interligados de modo que o alcance de um ODS influencie diretamente os outros. Combater os efeitos adversos da mudança do clima traz consequências diretas na forma de gerenciamento dos recursos naturais. Alcançar a igualdade de gênero e melhorar a saúde ajuda a erradicar a pobreza. Fomentar a paz e promover sociedades inclusivas contribui para a redução das desigualdades e para a prosperidade econômica.

Os ODS também mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. São como um plano de trabalho que pode ser utilizado por governos nacionais e subnacionais (estaduais e municipais), organizações da sociedade civil, setor privado e todos os cidadãos e cidadãs em uma jornada coletiva para um 2030 sustentável.

A Agenda 2030 e os 17 ODS orientam e estimulam ações em áreas de importância crucial para a humanidade: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias. Esses eixos são áreas de importância fundamental para as pessoas e para o planeta.



MISSÃO DO PNUD BRASIL COM A AGENDA 2030

Os ODS entraram em vigor em janeiro de 2016 e continuarão a guiar as políticas e as ações do PNUD nos próximos anos. Como a agência líder da ONU para o desenvolvimento, o PNUD tem uma posição única para apoiar os parceiros interessados na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por meio do trabalho que desenvolve em 170 países e territórios.

Desde a entrada em vigor da Agenda 2030, o PNUD Brasil vem desenvolvendo sua cooperação em torno de eixos prioritários previstos no seu Programa de País para o Ciclo 2017-2021. Esse plano estratégico enfoca áreas-chave como a diminuição da pobreza, a governança democrática, a construção da paz, a resiliência, a inclusão social, a mudança do clima, a mitigação de riscos de desastres e a desigualdade social.

O PNUD fornece, em diversos países, suporte para governos integrarem os ODS em seus planos e políticas nacionais e subnacionais de desenvolvimento. Esse trabalho está em curso desde 2015 e muitos governos, organizações da sociedade civil, universidade e setor privado estão trabalhando na aceleração do progresso rumo ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Com um trabalho transversal em múltiplos objetivos, o PNUD tem adquirido uma vasta e comprovada experiência a fim de contribuir para o alcance das metas dos ODS até 2030. Para tanto, não trabalhamos sozinhos. Promover o desenvolvimento requer a parceria com governos, setor privado, meio acadêmico e sociedade civil organizada. Cada um desses atores, no âmbito de suas funções e potencialidades, pode fazer a sua parte para garantir um futuro sustentável, sem deixar ninguém para trás.



FICA A DICA!

Clique [aqui](#) e conheça a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.



O QUE É UM DIAGNÓSTICO SITUACIONAL MUNICIPAL DE INDICADORES ODS

Conhecer a fundo o seu município é o primeiro passo para entender as ações necessárias para que ele se desenvolva cada vez mais. Quais são os principais problemas e as principais potências da sua cidade? Como estão os índices de violência? As principais vítimas da violência no seu município são mulheres, jovens? E o tratamento do lixo e do esgoto, como é feito, quem tem acesso a ele? A quantas anda o sistema educacional: a evasão escolar está alta? A nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) vem aumentando para escolas do ensino fundamental e médio? Quais são as principais questões relacionadas à saúde na sua cidade? E o desenvolvimento econômico? As empresas estão crescendo e se fortalecendo com respeito aos aspectos sociais e ambientais? Os empregos estão crescendo e a desigualdade social diminuindo?

Responder a perguntas como estas ajuda na compreensão aprofundada do município. A partir do levantamento deste tipo informação é possível traçar um perfil objetivo das principais questões que um lugar tem que lidar na construção de um ambiente mais justo e com melhores condições de vida para todos os seus moradores, assim como os potenciais existentes ali, que podem contribuir fortemente neste caminho.

Um diagnóstico situacional é um documento que apresenta as respostas para essas perguntas, retratando um panorama, a partir de dados diversos, de um determinado território – pode ser um bairro, um município, uma região ou mesmo o estado ou o país. É um primeiro olhar para aquele lugar a partir da perspectiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: um olhar direcionado para entender os maiores avanços e os principais desafios enfrentados por aquela comunidade nas áreas de saúde, educação, saneamento, segurança, igualdade de gênero, emprego e renda, economia, transporte, habitação, energia, entre outras.



SAIBA MAIS!

A Agenda 2030 compreende 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 169 metas e 232 indicadores. Cada objetivo desdobra-se em diferentes metas, que podem ser acompanhadas e medidas por meio de indicadores ou dados administrativos. Para desenvolver atividades e políticas alinhadas à Agenda e monitorar o impacto das atividades desenvolvidas é fundamental conhecer as suas metas e seus indicadores. O uso de indicadores para monitorar o alcance dos ODS é uma estratégia para facilitar a implementação de uma agenda única de desenvolvimento.

Veja [aqui](#) a Agenda completa.

A boa notícia é que os municípios também podem levantar os seus indicadores, mensurar o seu status em relação a diversas metas previstas na Agenda 2030 e monitorar o impacto de suas políticas, programas e projetos ao longo dos anos. Vale lembrar que ainda não existem diversos indicadores municipais para medir todas as metas da Agenda 2030, mas podemos usar o que temos!

O diagnóstico é um primeiro passo nesse caminho do desenvolvimento humano e sustentável, mas que não acaba em si mesmo. Ou seja, a proposta é apontar quais são as áreas que o município está bem e quais ainda precisa melhorar, para que a partir de um processo conjunto, seja possível definir de forma embasada um plano de desenvolvimento.

O QUE O PNUD VEM REALIZANDO EM NÍVEL LOCAL

O PNUD Brasil desenvolve há alguns anos uma metodologia de análise de indicadores locais alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas principais metas. Os diagnósticos situacionais surgiram como forma de atender a uma demanda dos processos de localização dos ODS a nível local. Esses relatórios analíticos têm como objetivo traçar uma linha de base e estimular a reflexão sobre o monitoramento dos objetivos e das metas no município e, assim, o desenvolvimento de políticas públicas, projetos, ações e programas que estejam alinhados ao alcance dos ODS.



PROJETO OESTE 2030: COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Itaipu Binacional e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) se uniram para pensar a localização dos ODS em nível municipal, tendo o Oeste do Paraná como território de referência. Com o compromisso de alcançar o desenvolvimento sustentável por meio da Agenda 2030, surgiu o Projeto Oeste 2030, que apoiou a construção de uma Agenda de Atuação Conjunta sobre os ODS e produziu conhecimento capaz de potencializar o desenvolvimento local da região. Foram produzidos diagnósticos dos 54 municípios da região, com o objetivo de sistematizar informações e dados sobre os municípios e identificar lacunas e problemas locais e regionais, que possibilitassem o acompanhamento do progresso de políticas e iniciativas, trabalhando de maneira mais efetiva e integrada no desenvolvimento da região.

Veja os diagnósticos [aqui](#).



DIAGNÓSTICOS SITUACIONAIS DO PROJETO TERRITORIALIZAÇÃO E ACELERAÇÃO DOS ODS

Neste projeto, que também lançou esta coletânea, a Petrobras e o PNUD se uniram para promover a territorialização dos ODS em 116 municípios localizados em 14 estados. Nesta iniciativa, as bases de dados municipais foram ampliadas para cerca de 40 indicadores, capazes de retratar de forma mais abrangente diversas áreas do desenvolvimento local em relação a uma quantidade maior de Metas ODS.

Veja [aqui](#) os 116 diagnósticos.

QUAIS SÃO OS INDICADORES OFICIAIS DA AGENDA 2030?

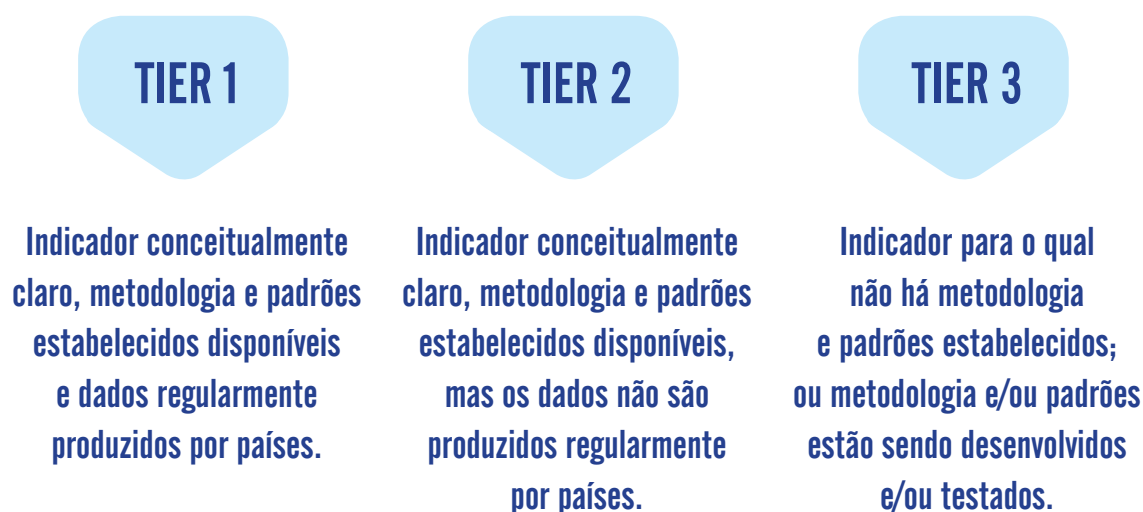
Em 6 de março de 2015, a Comissão de Estatística da Organização das Nações Unidas (ONU) criou o Grupo Interagencial e de Peritos sobre os Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (IAEG-SDGs, em inglês - Decisão 46/101). Seu principal propósito é desenvolver e implementar um quadro de indicadores para o acompanhamento da Agenda 2030 no âmbito global. Este Grupo é composto por 25 representantes dos institutos nacionais de estatística dos países membros e incluindo agências regionais e internacionais como observadores. Ao estabelecer o IAEG-SDGs, a Comissão solicitou o uso de mecanismos regionais existentes para a nomeação dos seus membros, assegurando uma representação re-

gional equitativa. O nosso Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, representa os países do Mercosul e o Chile neste grupo.

Em março de 2016, a Comissão de Estatística das Nações Unidas decidiu que o quadro de indicadores apresentados pelo Grupo Intergencial e de Peritos constituía um bom ponto de partida prático. No entanto, entendeu-se que o trabalho do Grupo deveria continuar, a fim de buscar um aprimoramento dos indicadores globais, suas metodologias, definições e padrões.

A ONU acabou aprovando e adotando um quadro global de indicadores da Agenda 2030 em 06 de Julho de 2017, na Assembleia Geral (Resolução 71/313). A lista definida apresenta 232 indicadores globais sobre os quais se obteve consenso.

Como não há metodologias e base de dados para todos esses indicadores em todos os países, a ONU decidiu categorizá-los em grupos (Tier 1, Tier 2 e Tier 3). Dessa forma, é possível avaliar em qual grau se encontra os dados que já possuímos ou que precisamos criar para acompanhar o progresso conquistado em relação aos objetivos e metas seguidas.



Esse conjunto inicial de indicadores é refinado anualmente e revisto pela Comissão de Estatística a cada cinco anos. Essa lista também

deve ser complementada por indicadores regionais, que ajudam no entendimento dos avanços em situações e contextos específicos de determinados países.

O Brasil ainda não possui muitos destes indicadores propostos no quadro global de indicadores da Agenda 2030, mas é um país rico em dados estatísticos, que auxiliam a mensuração dos seus avanços nas áreas social, econômica e ambiental. Na publicação “Acompanhando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, elaborada pelo PNUD, é apresentada uma grande lista de indicadores brasileiros com possível potencial para acompanhamento das metas dos ODS no país, priorizando fontes estatísticas oficiais, registros administrativos ou ambos, bem como as lacunas existentes no conjunto de indicadores disponíveis no Brasil, à luz dos objetivos propostos e das metas relacionadas.



PNUD INDICA

Na publicação *Acompanhando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* está disponível uma lista com indicadores disponíveis no Brasil que podem contribuir no acompanhamento da Agenda 2030. É importante lembrar que este levantamento foi realizado em 2015 e, de lá pra cá, outros indicadores surgiram!



FICA A DICA!

Estamos vivendo um momento histórico conhecido como “sociedade da informação”, no qual as informações e dados circulam de maneira abundante e podem ser acessados de diversas plataformas a partir da internet. Cada vez mais novos dados, novas tecnologias são geradas, o que aumenta nossa capacidade de criar conexões e análises. Mas, é preciso saber filtrar e, na construção do diagnóstico situacional, utilizar dados de fontes e instituições confiáveis, com um histórico na produção deste tipo de informação! Fique alerta!



COM A PALAVRA!

Para quem vai começar a discussão sobre os ODS é fundamental mapear quem são os/as atores/atrizes (servidores, secretários) estratégicos para essa fase, que tenham relação direta com o planejamento e execução de políticas públicas, bem como, os que tem o papel de fazer a discussão permear em toda a gestão. Buscar conhecer e se alinhar com as muitas experiências e redes já constituídas país afora, trocando experiências e somando esforços por essa agenda que é global, mas que em muito depende do município para se tornar real.

Simone Battestin, Gerente Operacional de Desenvolvimento Rural e Abastecimento da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Anchieta/ES (município participante do Projeto PNUD/Petrobras)

TOME NOTA!

- ✓ O Diagnóstico Situacional é um documento com informações do município em diversas áreas (saúde, educação, economia etc.), organizado a partir de dados já existentes.
- ✓ O Diagnóstico é uma ferramenta essencial na tomada de decisões, pois traz um panorama tanto dos principais problemas a serem enfrentados quanto das potencialidades locais.
- ✓ A partir do Diagnóstico, o município percebe quais ODSs precisam estar mais em foco na criação de ações para alcance das metas e do desenvolvimento local.



POR QUE É IMPORTANTE REALIZAR O DIAGNÓSTICO SITUACIONAL MUNICIPAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS EM ÂMBITO LOCAL?

Adaptar a Agenda para o nível local é um dos primeiros desafios para apoiar o alcance das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para tanto, é imprescindível conhecer a realidade local para além de nossas percepções. Utilizar os dados disponíveis é o primeiro passo nesse caminho. Assim, é possível identificar quais metas e objetivos são prioritários, demandando mais atenção e investimento, assim como quais indicadores precisam ser criados para que o monitoramento aconteça de forma mais efetiva.



Leia Mais sobre adaptação dos ODS para o nível local no **Guia de Territorialização e Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, que integra esta Coletânea.

O levantamento de informações e indicadores de um município visa apoiar a tomada de decisão local e avaliar o quanto o município ainda precisa trabalhar para alcançar as metas previstas na Agenda 2030. O conjunto dos 17 ODS e de suas 169 metas compõe um grande plano de trabalho que pode e deve ser seguido também por governos municipais, organizações da sociedade civil, universidades, casas legislativas, setores privados e indivíduos. Levantar dados mostra fragilidades, fortalezas e aponta caminhos que precisam ser trabalhados com mais afinco por todos os setores.



FICA A DICA!

É comum perceber que problemas mostrados no diagnóstico são de conhecimento geral, especialmente pelos que vivem no município e pelos gestores públicos locais, mas não foram sistematizados num documento oficial, apresentado em formato de dados que podem ser monitorados constantemente. A organização de dados permite aprofundar o conhecimento sobre aquela questão e, assim, incentivar o desenvolvimento de soluções próximas da realidade local.



Leia Mais sobre como acelerar o desenvolvimento no **Guia de Identificação de Aceleradores para o Progresso dos ODS**, que integra esta Coletânea.

Os diagnósticos, portanto, são fundamentais neste caminho de sistematizar informações e dados, de forma que seja possível identificar lacunas e problemas da região, desenhar ações e formas de implementação dos ODSs que se adequem à realidade local, assim como fazer um acompanhamento do progresso de políticas e iniciativas, trabalhando de maneira mais efetiva e integrada no desenvolvimento da região.

Vale lembrar que o diagnóstico é um primeiro passo nesse caminho, fundamental para o avanço da sustentabilidade e da justiça social, mas que não acaba em si mesmo. Pelo contrário: a proposta é apontar quais são as áreas em que o município está caminhando bem e quais ainda precisam ser desenvolvidas, traçando um planejamento possível que leve ao alcance dos objetivos e metas de melhoria da qualidade de vida de todas e todos. Assim, é importante que o município trace, a partir do diagnóstico, um planejamento estratégico, com foco no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



FICA A DICA!

A Linha de Base é um marco para monitorar o desenvolvimento do município. Ela é construída no diagnóstico situacional e, a partir das informações contidas ali, o gestor municipal pode entender se as ações que estão sendo executadas de fato estão trazendo os resultados esperados. Com a linha de base é possível comparar! Por exemplo: se o diagnóstico mostra que a evasão escolar nas séries do ensino médio é de 15% e são traçadas ações para diminuir esse indicador, o gestor pode acompanhar periodicamente essa informação, entendendo se a evasão está diminuindo ou não, se algum bairro tem uma evasão maior que em outro, a taxa anual de evasão etc.



COM A PALAVRA!

Entrevista com Talita Stori Aquino de Souza, que foi uma das(os) consultoras(es) do PNUD responsável pela elaboração dos Diagnósticos Situacionais Municipais no Projeto Territorialização e Aceleração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Conte um pouco sobre como é o processo de organização do Diagnóstico Situacional de um município.

Como ponto de partida é imprescindível uma pesquisa vasta sobre as principais bases nacionais que disponibilizam dados municipais, como também sua periodicidade e as variáveis que podem compor um indicador de acompanhamento da Agenda 2030. Muitas delas possuem informações que são primordiais para uma análise sobre conjecturas relacionadas aos ODS.

Durante a etapa de busca de dados, quais as principais dificuldades você encontrou?

A desagregação de dados é um importante instrumento de acompanhamento dos ODS, e muitas das bases nacionais não possuem mecanismos de apuração ou estão desatualizadas ou não consideram a desagregação relevante para determinados estudos.

De forma geral, como você analisa os bancos de dados brasileiros?

Temos algumas bases que são consolidadas com certa morosidade, mas são essenciais para o monitoramento de políticas públicas. O Censo, por exemplo, pode ser con-

siderado uma bússola para definição de métricas de resultado dentro da administração pública, mas em um país com a nossa dimensão tem uma maior complexidade de execução.

Pensando nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, quais as características que você considera mais importantes que o diagnóstico contemple?

Acho importante uma contextualização sobre o Objetivo, a meta e o indicador e uma análise sobre a situação do município, sob a perspectiva das atividades que são de responsabilidade da gestão municipal e o dia a dia das cidades. Também é importante mencionar a comparação com os dados estaduais, regionais e nacionais e a compreensão de determinadas taxas, índices que são determinadas por convenções entre os países ou estudos de organismos internacionais.

Quais dicas você daria para um gestor local que fosse começar agora a desenvolver o Diagnóstico Situacional do município?

Acredito que o primeiro passo seja a institucionalização e a criação de uma comissão intersetorial para implementação da Agenda 2030 no âmbito municipal. Os integrantes dessa comissão devem ser capazes de se dedicar a uma proposta de municipalização de cada uma das temáticas que envolvem as metas dos ODS para que a partir destes estudos possa ser elaborada uma sistematização de indicadores, em uma ação colaborativa entre as secretarias municipais.



COMO ELABORAR UM DIAGNÓSTICO SITUACIONAL MUNICIPAL DE INDICADORES ODS

O primeiro passo na construção de um diagnóstico situacional do município com foco na Agenda 2030 é entender quais dados estão disponíveis para os municípios e quais devem ser utilizados. Dessa forma, é possível estabelecer um quadro próprio de indicadores, levando em consideração os dados existentes, as potencialidades de coleta de novos dados, o custo operacional, o tempo de atualização daquelas informações e as capacidades de pesquisa locais.

Como dito, os indicadores são instrumentos importantes para controle de gestão e verificação de eficiência e eficácia também na administração pública. Dados qualitativos e quantitativos permitem comparar situações entre municípios ou entre períodos diferentes de um mesmo município, mostrando o progresso ou retrocesso na gestão de determinados problemas sociais, econômicos e ambientais.

Em âmbito municipal, no Brasil, ainda existe uma deficiência na quantidade de dados disponíveis, assim como uma defasagem maior. Muitas informações só são coletadas em todos os municípios do país quando são realizados os Censos Demográficos, geralmente a cada dez anos. Nos anos situados no período entre os Censos, o IBGE tende a coletar dados por amostras domiciliares, como é o caso da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD). Os resultados destas pesquisas por amostras são lançados apenas para estados e Regiões Metropolitanas.

Mesmo com essa lacuna de dados por município, existe uma série de grandes bases oficiais municipais que podem ser consultadas online por qualquer pessoa, e que contribuem amplamente para o monitoramento de metas para desenvolvimento local sustentável.

É importante lembrar que ainda não foi ratificada oficialmente uma lista de indicadores nacionais para o monitoramento da implementação da Agenda 2030 no país ou nos municípios. Os indicadores sugeridos aqui, portanto, não são uma lista oficial adotada pelo

Brasil. Esse trabalho consiste em uma seleção cuidadosa de dados municipais oficiais, levantados e organizados pelo PNUD, os quais mantêm algum tipo de alinhamento com os indicadores globais e com as metas previstas para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



LEIA MAIS!

O quadro de indicadores globais sugeridos pelas Nações Unidas para serem calculados e monitorados pelos países no âmbito de cada meta prevista na Agenda 2030 está disponível em anexo neste Guia.

COMO COMPREENDER AS METAS E INDICADORES DA AGENDA 2030?

A maioria das 169 metas da Agenda 2030 pode ter seu alcance medido por meio de dados estatísticos. Por exemplo, para medirmos a evolução da mortalidade materna em um município, é preciso estabelecer um instrumento que permita quantificar o evento – mortalidade materna – e compará-lo temporalmente ou com outras localidades. Nesse caso, o indicador é uma razão entre o número de óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos, em determinado local e ano. Veja a seguir alguns exemplos de Metas ODS e indicadores que podem medir o seu alcance.



Acabar com a fome, alcançar segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

META 2.2

Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, inclusive pelo alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.

Como medir? Exemplos:

- ✓ Percentual anual de crianças com até 2 anos desnutridas no município.
- ✓ Percentual anual de crianças com até 5 anos com magreza acentuada no município.



Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

META 3.1

Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100 mil nascidos vivos.

Como medir? Exemplos:

- ✓ Taxa de mortalidade materna (número de óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos) no município. Em caso de municí-

pios com menos de 30 mil habitantes, monitorar números absolutos, sem cálculo da taxa.

META 3.2

Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1 mil nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1 mil nascidos vivos.

Como medir? Exemplos:

- ✓ Taxa de mortalidade neonatal (0 a 27 dias) por 1 mil nascidos vivos.
- ✓ Taxa de mortalidade infantil de crianças menores de 5 anos por 1 mil nascidos vivos.



Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

META 4.A

Construir e melhorar instalações físicas para a educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

Como medir? Exemplos:

- ✓ Percentual de escolas com infraestrutura adequada para pessoas com deficiência no município.

- ✓ Percentual de escolas com acesso à internet para fins pedagógicos no município.
- ✓ Percentual de escolas com computadores para fins pedagógicos no município.
- ✓ Percentual de escolas com acesso a atendimento educacional especializado no município.

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos

META 6.1

Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos.

Como medir? Exemplo:

- ✓ Percentual da população total do município atendida com abastecimento de água encanada.

META 6.3

Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas, e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.

Como medir? Exemplos:

- ✓ Percentual de esgoto tratado em relação ao volume de água consumida no município.

- ✓ Percentual da população em domicílios sem serviço de coleta de esgoto.
- ✓ Taxa de internações por doenças de veiculação hídrica (por 10 mil habitantes).
- ✓ Despesas com internações por doenças de veiculação hídrica (R\$).
- ✓ Taxa de óbitos por doenças gastrointestinais infecciosas (por 10 mil habitantes).



SAIBA MAIS

Desagregação de dados é um termo que se refere à separação das informações coletadas em unidades menores, que contribui para apontar tendências e padrões de indicadores. Ou seja, para entender de forma mais aprofundada uma informação, ela deve vir agrupada por dimensões, como idade, gênero, área geográfica, escolaridade, raça ou outras variáveis socioeconômicas. Por exemplo: temos um dado que 12% da população de determinado município é analfabeta. Se esse dado for desagregado, vamos perceber que, desse total, 9% são homens e 6% desses homens são negros. Com esses dados mais detalhados, podem ser criadas políticas específicas direcionadas para os grupos que mais precisam.

Fonte: PAHO / IRIS

ONDE ENCONTRAR DADOS MUNICIPAIS

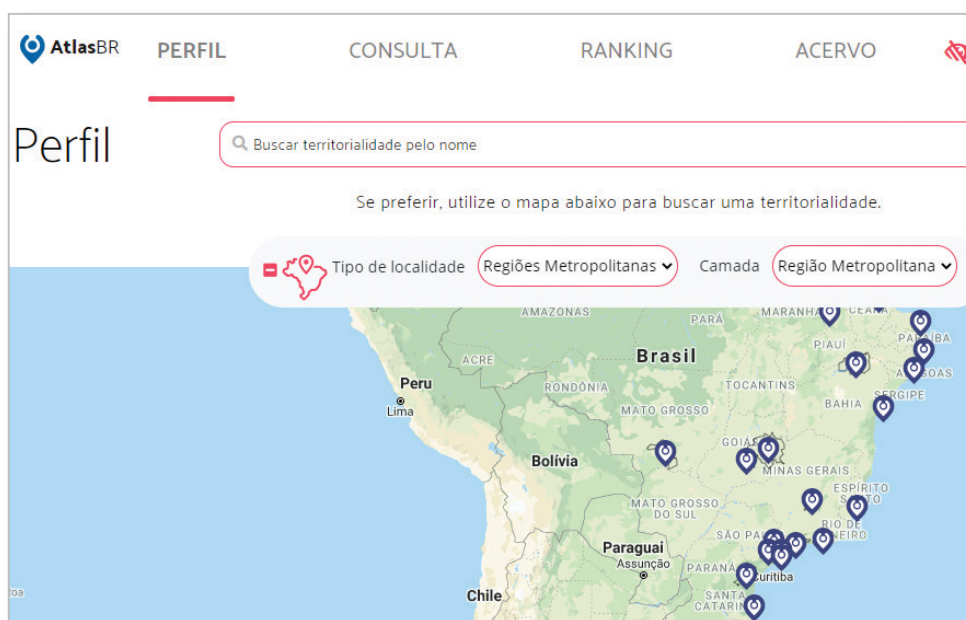
Existem muitas plataformas governamentais e não governamentais disponíveis na internet, que trazem uma grande quantidade de dados pertencentes aos municípios brasileiros, em diversas áreas temáticas previstas nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Muitas são as bases oficiais do governo federal, mantidas pelos ministérios, alimentadas por dados fornecidos pelos próprios municípios em períodos pré-determinados, como é o caso do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, Ministério da Integração Nacional). Outras bases, como os Censos Demográficos e as Pesquisas Nacionais por Amostra Domiciliar (PNAD), ambos realizados pelo IBGE, trazem dados coletados diretamente junto à população do país.

Aqui, serão apresentadas as principais bases de dados municipais secundários abertos e disponíveis na internet. Todas elas trazem informações estatísticas sobre todos os municípios e podem contribuir para o levantamento de indicadores alinhados a muitas das metas previstas na Agenda 2030. Para cada base, são descritos quais dados podem ser levantados e com quais Objetivos e Metas ODS se relacionam. O levantamento periódico destes dados referentes ao município possibilitará o monitoramento do alcance das metas previstas para serem conquistadas até 2030.



Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Ao lançar o **Atlas Brasil**, o PNUD consolidou uma das maiores ferramentas de divulgação de informações sobre o desenvolvimento humano no país. Esta plataforma surgiu com o objetivo de viabilizar, de maneira descomplicada, o acesso amplo às diversas informações estatísticas que evidenciam características e desigualdades sociais no território brasileiro.



Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>

Concebido com a finalidade de apresentar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o Atlas hoje disponibiliza, além do índice, mais de 330 indicadores em temas como saúde, educação, renda e trabalho, habitação, vulnerabilidade social, meio ambiente e participação política, para os 5.570 municípios, cinco macrorregiões, 27 Unidades da Federação, 21 regiões metropolitanas (RMs), três regiões integradas de desenvolvimento (RIDEs) e aproximadamente 17 mil unidades de desenvolvimento humano (UDHs) ou bairros, sendo estes as menores territorialidades brasileiras que dialogam diretamente com a realidade do cidadão.

Os indicadores podem ser encontrados de forma desagregada por grupos sociais – mulheres, homens, negros, brancos, populações rurais e urbanas. O Atlas traz, além dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, novas fontes de dados, tais como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio e informações de registros cadastrais e administrativos.

**Cerca de 120 indicadores
que dialogam com
os ODS para o
nível municipal.**



O Atlas Brasil tem como objetivo instrumentalizar a sociedade e democratizar o acesso às informações no âmbito municipal, metropolitano e nacional, contribuindo para o fortalecimento das capacidades locais, da gestão pública municipal e para o empoderamento dos cidadãos brasileiros por meio da ampliação do conhecimento sobre a sua realidade.



Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/>

INDICADORES ODS QUE CONSIGO ENCONTRAR NO ATLAS BRASIL:



Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Meta 1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia

Meta 1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais

INDICADORES

- ✓ Percentual de pessoas em situação de vulnerabilidade social no município (extrema pobreza, pobreza e vulneráveis à pobreza), em 1991, 2000 e 2010
- ✓ Evolução das proporções de extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza inscritas no CadÚnico após o bolsa família no município, 2014 a 2017
- ✓ Percentual de vulneráveis e dependentes de idosos, em 1991, 2000 e 2010
- ✓ Percentual de crianças extremamente pobres, em 1991, 2000 e 2010
- ✓ Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal, em 1991, 2000 e 2010
- ✓ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), de 1991, 2000 e 2010, desagregado por sexo, cor e faixa etária



Meta 3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelos menos 25 para 1.000 nascidos vivos

Meta 3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de Aids, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis

Meta 3.4 Até 2030, reduzir a um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar

Meta 3.6 Até 2030, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas

INDICADORES

- ✓ Esperança de vida ao nascer, em 1991, 2000 e 2010
- ✓ Taxa de mortalidade infantil, em 2000 e 2010
- ✓ Taxa bruta de mortalidade, por raça e por sexo, 2016 e 2017
- ✓ Taxa de mortalidade por doenças não transmissíveis, por raça e por sexo, 2016 e 2017
- ✓ Taxa de mortalidade infantil, por raça e por sexo, 2016 e 2017
- ✓ Taxa de incidência de AIDS, por raça e por sexo, 2016 e 2017

- ✓ Taxa de mortalidade por acidente de trânsito, por raça e por sexo, 2016 e 2017
- ✓ Taxa de mortalidade por suicídio, por raça e por sexo, 2016 e 2017
- ✓ Taxa de mortalidade materna, por raça e por sexo, 2016 e 2017
- ✓ % de internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado, por raça e por sexo, 2016 e 2017
- ✓ % de meninas de 10 a 14 anos de idade que tiveram filhos, por raça e por sexo, 2016 e 2017
- ✓ % de adolescentes de 15 a 17 anos de idade que tiveram filhos, por raça e por sexo, 2016 e 2017



Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Meta 4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes

Meta 4.2 Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário

Meta 4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade

Meta 4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo

Meta 4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade

Meta 4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática

Meta 4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável

INDICADORES

- ✓ Fluxo escolar por faixa etária no município, 2000 e 2010
- ✓ Distorção idade-série no ensino médio e evasão no ensino fundamental e médio no município, 2013 a 2017
- ✓ Expectativa de anos de estudo no município, 2000 e 2010
- ✓ Escolaridade da população de 25 anos ou mais de idade no município, 2010
- ✓ Taxa de Distorção Idade-Série no médio, 2016 e 2017, por sexo e por raça

- ✓ Taxa de evasão no ensino fundamental, 2016 e 2017, por sexo e por raça
- ✓ IDEB anos finais do ensino fundamental, 2016 e 2017, por sexo e por raça
- ✓ IDEB anos iniciais do ensino fundamental, 2016 e 2017, por sexo e por raça
- ✓ % de alunos do ensino fundamental em escolas com laboratório de informática, 2016 e 2017, por sexo e por raça
- ✓ % de alunos do ensino fundamental em escolas com internet, 2016 e 2017, por sexo e por raça
- ✓ % de alunos do ensino médio em escolas com laboratório de informática, 2016 e 2017, por sexo e por raça
- ✓ % de alunos do ensino médio em escolas com internet, 2016 e 2017, por sexo e por raça



Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Meta 5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os âmbitos de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

Meta 5.C Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os âmbitos

INDICADORES

- ✓ Percentual de mulheres e homens eleitos para a câmara legislativa municipal nas eleições de 2012 e 2016 (dados das eleições de 2020 podem ser obtidos no site da câmara municipal)

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO


Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos

Meta 6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos

Meta 6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade

INDICADORES

- ✓ Percentual de domicílios com água encanada, esgoto e com coleta de lixo no município, 2017
- ✓ Percentual da população que vive em domicílios com banheiro, 2000 e 2010

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO


Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos

Meta 8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor

INDICADORES

- ✓ Renda *per capita* mensal 2010
- ✓ Taxa de atividade 2010
- ✓ Taxa de desocupação 2010
- ✓ Situação ocupacional da população de 18 anos ou mais de idade no município, 2000 e 2010



Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Meta 15.1 Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial, florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais

Meta 15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente

Meta 15.3 Até 2030, combater a desertificação, e restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo

INDICADORES

- ✓ Concentração dos focos de calor e cobertura vegetal por flora nativa no município, 2017
- ✓ Percentual de arborização de vias públicas, 2010 (ver em IBGE Cidades – Panorama – Território e Ambiente)



Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) - Ministério da Saúde

A desnutrição infantil é um importante indicador sobre o estado geral da saúde das crianças menores de 5 anos e de seu crescimento. Identificar problemas de crescimento que possibilitam intervenções precoces, devolvendo às crianças condições adequadas de saúde e evitando futuras doenças que podem prejudicar o desenvolvimento de suas capacidades. Por essa razão, acabar com a desnutrição é uma das metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.



Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/>

No Brasil, a proporção de crianças desnutridas e obesas é calculada pelo **Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)**. Esse sistema descreve, de maneira contínua, tendências das condições de nutrição e alimentação da população, com o objetivo de contribuir para o planejamento e a avaliação dos efeitos de políticas, programas e intervenções. Os dados são disponibilizados por ano, por região, por estado e por município.

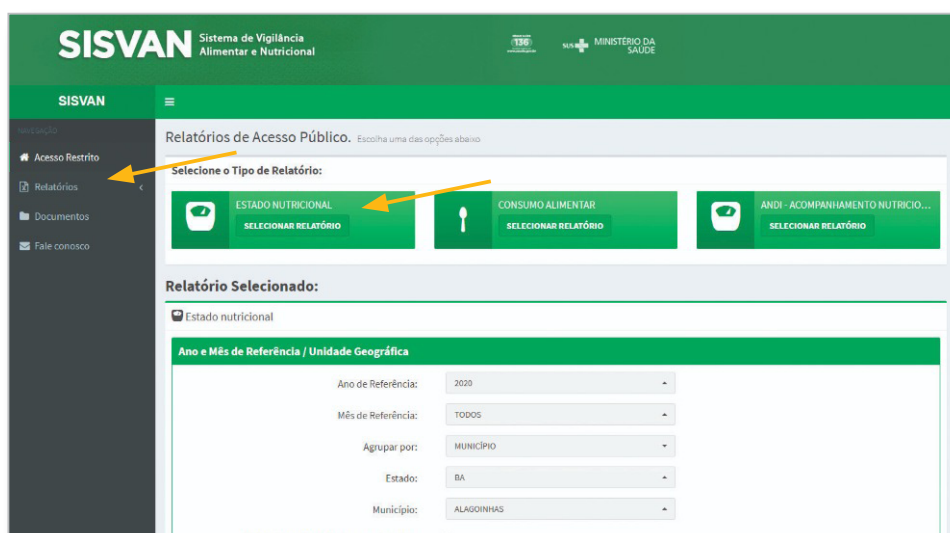
O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional desenvolve o diagnóstico descritivo e analítico da situação alimentar e nutricional da

população brasileira, contribuindo para que se conheça a natureza e a magnitude dos problemas de nutrição, identificando áreas geográficas, segmentos sociais e grupos populacionais de maior risco aos agravos nutricionais. Outro Objetivo do SISVAN é avaliar o estado nutricional de indivíduos para obter o diagnóstico precoce dos possíveis desvios nutricionais, seja baixo peso ou sobrepeso/obesidade, evitando as consequências decorrentes desses agravos à saúde.

Nessa base de dados é possível encontrar os índices de magreza, magreza acentuada e obesidade de crianças do município. Os diagnósticos realizados pelo PNUD têm usado para o cálculo da proporção de crianças menores de dois anos desnutridas, os dados de magreza e de magreza acentuada (IMC X Idade) disponibilizados no SISVAN. Esse percentual de desnutrição é obtido a partir da soma dos percentuais de magreza e de magreza acentuada, que são oferecidos prontos pela plataforma. Para medir a desnutrição de crianças menores de 5 anos, o PNUD tem utilizado o índice de magreza acentuada calculado com base no índice de massa corporal (IMC), mas nada impede que também seja feita a soma dos percentuais de magreza e magreza acentuada.

As imagens a seguir ilustram como manusear o SISVAN:

Acesse Relatórios de Acesso Público, selecionando o relatório referente ao Estado Nutricional.



Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index>

Informe o ano que deseja pesquisar, o município, a fase da vida (criança), idade (0 a 2 ou 0 a 5 anos), índice (IMC X Idade), sexo (todos ou o que desejar), raça (todas ou a que desejar), acompanhamentos (todos), povo e comunidade (todos) e escolaridade (todos).

Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index>

Em seguida, é possível visualizar o modelo de relatório que é emitido pelo sistema. As planilhas geradas ano a ano sempre apresentarão números absolutos (quantidade total) e percentuais (%) em

relação ao total de crianças do Brasil, da região, do estado e do município que sofrem de magreza acentuada, magreza, eutrofia, risco de sobrepeso, sobrepeso e obesidade.

SISVAN Relatórios

Relatórios Públicos

Filtros Utilizados:

Relatórios do Estado nutricional dos indivíduos acompanhados por período, fase do ciclo da vida e índice

Ano: 2020 - Mês: TODOS

Fase da Vida: CRIANÇA (de 0 a 2 anos)

Sexo: TODOS

Resultado da Consulta:

IMC X IDADE																	
Região	Código UF	UF	Código IBGE	Município	Magreza acentuada		Magreza		Eutrofia		Risco de sobrepeso		Sobrepeso		Obesidade		Total
					Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
NORDESTE	23	BA	230070	ALAGOINHAS	37	3.27%	72	6.33%	621	54.77%	194	17.00%	121	10.65%	93	8.17%	1.108
TOTAL ESTADO BAHIA					1.682	3.91%	4.642	3.9%	67.393	56.65%	22.683	19.07%	11.008	9.25%	8.555	7.19%	118.963
TOTAL REGIÃO NORDESTE					18.783	3.26%	16.907	2.94%	303.974	52.77%	124.136	21.55%	63.928	11.1%	48.259	8.38%	575.987
TOTAL BRASIL					45.373	2.51%	51.849	2.87%	1.063.710	58.82%	367.016	20.29%	162.483	8.98%	117.988	6.52%	1.898.419

INDICADORES ODS QUE CONSIGO ENCONTRAR NO SISVAN:



Acabar com a fome, alcançar segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Meta 2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular dos pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano

Meta 2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, inclusive pelo alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas

INDICADORES

- ✓ Percentual de crianças desnutridas com até 2 anos no município por ano (soma do percentual de magreza e magreza acentuada)

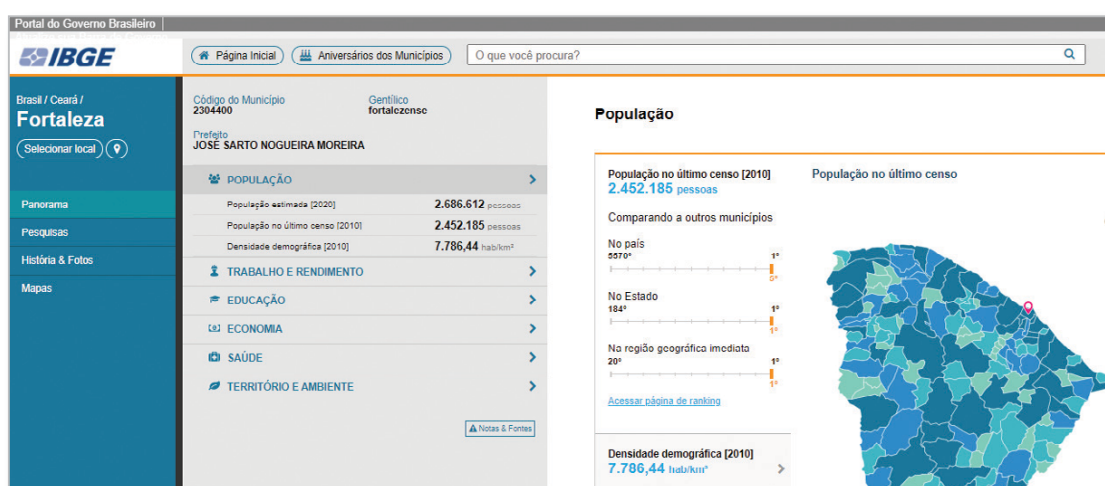
- ✓ Índice de obesidade entre crianças até 5 anos de idade no município por ano
- ✓ Índice de desnutrição de crianças menores de 5 anos (magreza acentuada)



IBGE Cidades

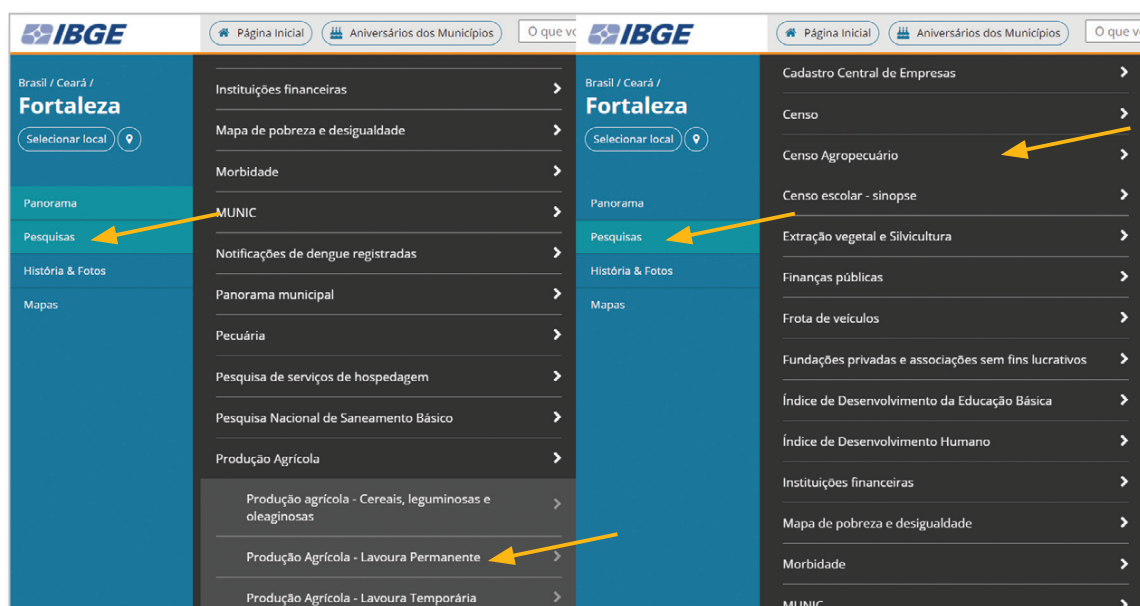
A plataforma IBGE Cidades é um sistema agregador de informações sobre os municípios e estados brasileiros. O sistema inclui dados municipais de várias pesquisas do IBGE, infográficos e mapas. Muitos dados são apresentados em rankings e séries históricas sobre diversos temas, como trabalho, educação, economia, saúde, entre outros.

Logo na primeira página sobre o município são apresentados alguns dados sobre população, trabalho e rendimento, educação, economia, saúde, território e ambiente.



Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

No menu à esquerda, ao clicar em “Pesquisas”, o sistema oferecerá uma série de pesquisas municipais que podem ser acessadas. Para os indicadores relacionados aos ODS, destaque para os dados referentes à Produção Agrícola e Censo Agropecuário (**ODS 2**), Pecuária (**ODS 2 e 8**) e Produto Interno Bruto dos municípios (**ODS 8**). Dados detalhados sobre os Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 também estão disponíveis para o município selecionado.



Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/panorama>

INDICADORES ODS QUE CONSIGO ENCONTRAR NO IBGE CIDADES:

1

ERRADICAÇÃO
DA POBREZA



Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

META 1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais

INDICADORES

- ✓ Estratégias adotadas de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres (MUNIC 2013 traz esse levantamento por município)
- ✓ Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes (números podem ser levantados junto à Defesa Civil do município e taxa pode ser calculada de acordo com população local)

Meta 1.A Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, a fim de proporcionar proporcionar meios adequados e previsíveis de forma que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões

INDICADORES

- ✓ Proporção do total das despesas públicas com serviços essenciais (educação, saúde e proteção social)



FICA A DICA!

O Governo do Estado de Pernambuco alimenta uma **Base de Dados do Estado (BDE)** com dados diversos sobre todos os seus municípios. Na página são apresentadas as despesas anuais de cada município por função (Saúde, Educação, Urbanismo, Saneamento, Agricultura, Indústria, Comércio). Pesquise se o seu estado também possui esse tipo de plataforma!



Acabar com a fome, alcançar segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Meta 2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola

Meta 2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas robustas, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, às secas, às inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo

Meta 2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e adequadamente geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, conforme acordado internacionalmente

INDICADORES

- ✓ Tipos de produtividade agrícola prevalentes no município e produção anual por tipo de alimento (avaliar ano a ano o desenvolvimento da produtividade)
- ✓ Percentual de estabelecimentos de agricultura familiar exis-

tentes no município em relação ao total (avaliar ano a ano o crescimento ou regressão da agricultura familiar)

- ✓ Renda média mensal dos pequenos produtores de alimentos (avaliar variação da renda média ano a ano)



Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos

Meta 8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio de diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra

INDICADORES

- ✓ Salário médio mensal dos trabalhadores formais
- ✓ Quantidade de pessoal ocupado no município em trabalho formal
- ✓ Percentual da população ocupada do município
- ✓ Produto Interno Bruto do município
- ✓ Produto Interno Bruto *per capita*
- ✓ PIB por setor no município



CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Ministério do Trabalho

O sistema denominado **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)** foi criado em 1965, quando se tornou obrigatório o registro de informações sobre admissões, desligamentos e transferências no mercado de trabalho formal. O objetivo primordial é propiciar o acompanhamento e a fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT, para que o governo possa assistir os desempregados e apoiar medidas contra o desemprego. A partir de 1986, o Cadastro passou a ser utilizado como suporte ao pagamento do seguro-desemprego.



Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged>

Ao clicar no nome do estado, a plataforma faz o *download* automático dos dados de todos os municípios da Unidade Federativa sobre admissões, desligamentos, saldo de empregos e variação percentual do período. Estes dados podem ser acompanhados mensalmente.

DADOS ESTADUAIS - Dez 2019			
 Acre	 Alagoas	 Amapá	 Amazonas
 Bahia	 Ceará	 Distrito Federal	 Espírito Santo
 Goiás	 Maranhão	 Mato Grosso	 Mato Grosso do Sul
 Minas Gerais	 Paraíba	 Pará	 Paraná
 Pernambuco	 Piauí	 Rio de Janeiro	 Rio Grande do Norte
 Rio Grande do Sul	 Rondônia	 Roraima	 Santa Catarina
 São Paulo	 Sergipe	 Tocantins	

Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged>

Veja a seguir um exemplo de planilha que é gerada:

EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM MUNICÍPIOS COM MAIS DE 10.000 HABITANTES DEZEMBRO/2019												
ESTADO: SÃO PAULO												
MUNICÍPIO	DEZEMBRO/2019				NO ANO **				EM 12 MESES ***			
	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIAC. EMPR % *	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIAC. EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIAC. EMPR %
ADAMANTINA	168	521	-353	-3.61	3,852	3,601	251	2.73	3,852	3,601	251	2.73
AGUAI	163	175	-12	-0.16	2,827	2,463	364	5.16	2,827	2,463	364	5.16
ÁGUAS DE LINDOIA	94	120	-26	-0.51	1,541	1,482	59	1.18	1,541	1,482	59	1.18
AGUDOS	213	208	5	0.07	3,101	2,941	160	2.31	3,101	2,941	160	2.31

INDICADORES ODS QUE CONSIGO ENCONTRAR NO CAGED:

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO



Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos

Meta 8.2 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor

Meta 8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação

INDICADORES

- ✓ Percentual de domicílios do município por rendimento nominal mensal (Censo 1991, 2000 e 2010 – IBGE Cidades)
- ✓ Renda média domiciliar *per capita* (Censo 1991, 2000 e 2010 – IBGE Cidades)
- ✓ Salário médio mensal dos trabalhadores formais (IBGE Cidades)
- ✓ Percentual da população ocupada exercendo trabalho formal (anual)
- ✓ Total de admissões em trabalho formal no município (anual – CAGED)
- ✓ Total de demissões em trabalho formal no município (anual – CAGED)
- ✓ Saldo de empregos formais no município (anual – CAGED)



Painel de Indicadores Epidemiológicos Ministério da Saúde

O **Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCCI)** disponibiliza aos gestores e aos profissionais de saúde, assim como aos interessados na produção e análise epidemiológica, painéis de indicadores e dados básicos sobre o HIV/aids, sífilis, hepatites, tuberculose, hanseníase, entre outros, para o conjunto dos municípios brasileiros.



Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/gestores/painel-de-indicadores-epidemiologicos>

As bases de dados disponíveis apresentam, por município, os principais indicadores epidemiológicos e operacionais, com o objetivo de auxiliar as tomadas de decisão em diferentes instâncias de gestão.

Os indicadores são gerados a partir das notificações compulsórias de HIV/aids no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), dos registros dos casos no Sistema de Controle de Exames Laboratoriais (Siscel) e no Sistema de Controle Logístico de Medicamentos (Siclom), dos dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e dos dados populacionais dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponíveis no site do DataSUS.

Os dados acessíveis por município são os seguintes:

- ✓ Aids
- ✓ Sífilis
- ✓ Hepatites
- ✓ Distribuição de medicamentos para hepatites

- ✓ Clínicos do HIV
- ✓ Informações para elaboração do COAP
- ✓ Gestantes Vivendo com HIV (GVHIV)
- ✓ Indicadores e Dados Básicos de Gestantes nos municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes
- ✓ Tuberculose
- ✓ Hanseníase
- ✓ Epidemiológicos
- ✓ Maternidades 2020
- ✓ Profilaxia Pré-Exposição (PrEP)
- ✓ Profilaxia Pós-Exposição (PEP)
- ✓ Dados de HIV durante a pandemia da COVID-19
- ✓ Inconsistências das Hepatites Virais nos municípios Brasileiros

Indicadores HIV/AIDS

O painel de indicadores e dados básicos do HIV/Aids mostra os números de casos e mortes notificados anualmente no município, por sexo, por faixa etária e para gestantes. São também disponibilizadas as taxas de detecção e mortes a cada 100 mil habitantes.

Indicadores e Dados Básicos do HIV/AIDS nos Municípios Brasileiros

Abrangência dos dados
Acre

Subcategoria
Acrelândia

Baixar Dados

Tabela 1 - Casos de AIDS notificados no SINAN, declarados no SIM e registrados no SISCEL/SICLOM por ano de diagnóstico.

Casos de AIDS	Total	1980-2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total	22	3	-	4	1	2	2	2	1	2	-	1	2	2	-
Homens	11	2	-	2	-	-	2	1	-	1	-	-	2	1	-
Mulheres	11	1	-	2	1	2	-	1	1	1	-	1	-	1	-
Menores de 5 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entre 15 e 24 anos	2	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: MS/SVS/Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **NOTAS:** (1) SICLOM utilizado para validação dos dados do SISCEL; (2) SINAN de 1980 até junho/2020, SISCEL de 2000 a junho/2020 e SIM de 2000 a 2019; (3) Dados preliminares para os últimos 5 anos.

Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis - DCCI

SVS Ministério da Saúde

Disponível em: indicadores.aids.gov.br

Indicadores de Sífilis

O painel de indicadores e dados básicos da sífilis nos municípios brasileiros mostra os casos (por sexo e para gestantes) e taxas de detecção por 100 mil habitantes de sífilis adquirida por ano de diagnóstico, de 2010 a 2020. Os casos em gestantes são disponibilizados também por faixa etária, escolaridade, raça, esquema de tratamento e classificação clínica. É possível também visualizar os casos de sífilis congênita em diversos tipos de variáveis e taxa de incidência (por 1 mil nascidos vivos) por ano de diagnóstico, de 1998 a 2020.

Indicadores e Dados Básicos da Sífilis nos Municípios Brasileiros

Abrangência dos dados
Acre

Subcategoria
Acrelândia

Baixar Dados

Sífilis Adquirida

Tabela 1 - Casos e taxa de detecção (por 100.000 habitantes) de sífilis adquirida por ano de diagnóstico. Brasil, 2010-2020.

Sífilis Adquirida	Total	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Casos	33	0	0	0	1	0	3	12	1	6	5	5
Taxa de detecção	-	0,0	0,0	0,0	7,2	0,0	21,0	82,5	6,8	39,9	32,8	-

FONTE: MS/SVS/Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **NOTAS:** (1) Dados até 30/06/2020; (2) Dados preliminares para os últimos 5 anos.

Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis - DCCI

SVS Ministério da Saúde

Disponível em: <http://indicadoressifilis.aids.gov.br/>

Indicadores de Hepatite

O painel de indicadores e dados básicos das hepatites nos municípios brasileiros traz os números e as taxas de incidência a cada 100 mil habitantes das hepatites virais A, B, C e D a partir de 1999. Também disponibiliza os óbitos por hepatites como causa básica, por ano do óbito, de 2000 a 2018.

Indicadores e Dados Básicos das Hepatites nos Municípios Brasileiros

Abrangência dos dados

Espírito Santo

Subcategoria

Linhares

Baixar Dados

Hepatites - Geral

Tabela 1 - Casos de hepatites virais por tipo e ano de notificação, 1999-2019.

Casos de Hepatites Virais	Total	A	B	C	D
Total de casos	811	176	568	66	1

Fonte: MS/SUS/DCCI - Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Notas: (1) Dados até 31/12/2019; (2) Dados preliminares para os últimos 5 anos.

Hepatite A

Tabela 2. Casos de hepatite A e taxa de incidência (por 100.000 habitantes) por ano de notificação, 1999-2019.

Hepatite A	Total	1999-2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
------------	-------	-----------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

Disponível em: <http://indicadoreshepatites.aids.gov.br/>

Indicadores de Tuberculose

O painel de indicadores e dados básicos de tuberculose traz os números de casos e taxas de incidência da doença, de 2010 a 2019. Diversas outras planilhas são apresentadas, como: proporção de abandono de tratamento, proporção de casos novos de tuberculose que realizaram o tratamento diretamente observado, proporção de cura de tratamento de casos novos pulmonares de tuberculose, proporção de testagem para HIV entre os casos novos de tuberculose, entre outros.



Ministério da Saúde

Secretária de Vigilância em Saúde

Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis

INDICADORES E DADOS BÁSICOS DE TUBERCULOSE NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Abrangência dos dados:

Alagoas

Subcategoria:

Maceió

Baixar Dados

Tabela 1 - Coeficiente de incidência de tuberculose por todas as formas, 2010-2019.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Casos	498	492	489	515	511	457	478	456	525	425
Incidência	53,2	52,2	51,3	51,7	50,8	45,1	46,8	44,3	51,9	41,7

Disponível em: <http://indicadorestuberculose.aids.gov.br/>

Indicadores de Hanseníase

O painel de indicadores e dados básicos de hanseníase traz dados como o número de casos novos na população geral e em menores de 15 anos, número de casos novos segundo gênero, faixa etária, raça e escolaridade, taxa de detecção de casos novos de hanseníase e em menores de 15 anos por 100 mil habitantes e taxa de prevalência por 10 mil habitantes, entre outros dados.

Indicadores e Dados Básicos de Hanseníase nos Municípios Brasileiros

Abrangência dos dados

Esírito Santo

Subcategoria

Cariacica

Baixar Dados

Tabela 1 - Número de casos novos de hanseníase na população geral e em menores de 15 anos

	Casos novos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total	135	129	134	119	85	73	67	51	72	56	42	35	
Menores de 15 anos	18	10	16	10	8	4	7	3	4	3	4	0	

FONTE:

MS/SVS/SINAN

- NOTA: 2020 - Dados preliminares até 25/11/2020

Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis - DCCI

SVS Ministério da Saúde

Disponível em: <http://indicadoreshanseníase.aids.gov.br/>

Indicadores de **Malária**

A **Meta 3.3** do **ODS 3** inclui doenças transmissíveis e doenças tropicais. Por isso, entre os indicadores importantes para alcance das metas da Agenda 2030, está a base de dados do DATASUS, também do Ministério da Saúde, na qual é possível levantar os números de casos de malária notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

Para encontrar os dados por município, é preciso selecionar na janela “Linha” o item “Município de Residência”. Na parte de Seleções Disponíveis é necessário clicar em “Município de Notificação” e selecionar pelo nome. Este painel do DATASUS também disponibiliza uma série de variáveis que podem ser selecionadas, como raça, sexo e faixa etária.

Ministério da Saúde

INFORMAÇÕES DE SAÚDE

AJUDA

DATASUS

DATASUS Tecnologia da Informação a Serviço do SUS

MALÁRIA - CASOS CONFIRMADOS NOTIFICADOS NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO - BRASIL

Linha

Região de residência

UF de residência

Município de residência

Capital de residência

Coluna

Não ativa

Ano 1º Sintoma(s)

Mês 1º Sintoma(s)

Região de notificação

Conteúdo

Casos confirmados

PERÍODOS DISPONÍVEIS

2021

2020

2019

2018

2017

2016

Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinannet/cnv/malabr.def>

Indicadores de Dengue

Dados sobre a situação epidemiológica da dengue podem ser encontrados também no DATASUS ou na Plataforma Info Dengue, um sistema de monitoramento criado pela FGV, EMap e Fiocruz.



Disponível em: <https://info.dengue.mat.br/>

Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?idb2000/d024.def>

INDICADORES ODS QUE CONSIGO ENCONTRAR NOS PAINÉIS DE INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS:



Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Meta 3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de Aids, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis

INDICADORES

- ✓ Casos e taxa de detecção por 100 mil habitantes de **sífilis** adquirida por ano de diagnóstico
- ✓ Casos e taxa de detecção por 100 mil habitantes de **Aids** por ano de diagnóstico
- ✓ Casos e taxa de detecção por 100 mil habitantes de **hepatites virais** por ano de diagnóstico
- ✓ Casos e taxa de detecção por 100 mil habitantes de **tuberculose** por ano de diagnóstico
- ✓ Casos e taxa de detecção por 100 mil habitantes de **hanseníase** por ano de diagnóstico
- ✓ Casos de **malária** notificados no município por ano, por sexo, por raça, por faixa etária (Datusus)
- ✓ Número de casos confirmados de **dengue** (clássico e febre hemorrágica da dengue), por 100 mil habitantes, em determinado espaço geográfico e no ano considerado (códigos A90-A91 da CID-10)



DATASUS - Ministério da Saúde

Os sistemas do DATASUS armazenam informações produzidas no Sistema Único de Saúde (SUS) desde 1991. Trata-se de um órgão da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde. As informações ficam disponíveis em programas como o TABWIN (para Windows) e o TABNET (para a internet).

O DATASUS conta com quatro sistemas:

- Sistema de Informações sobre a Mortalidade (SIM);
- Sistema de Informações sobre os Nascidos Vivos (SINASC);
- Sistema de Notificação sobre os Agravos de Notificação (SINAN);
- Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SI-PNI).



Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205>



FICA A DICA!

O TABNET possui um tutorial para facilitar sua utilização.
Acesse [aqui!](#)

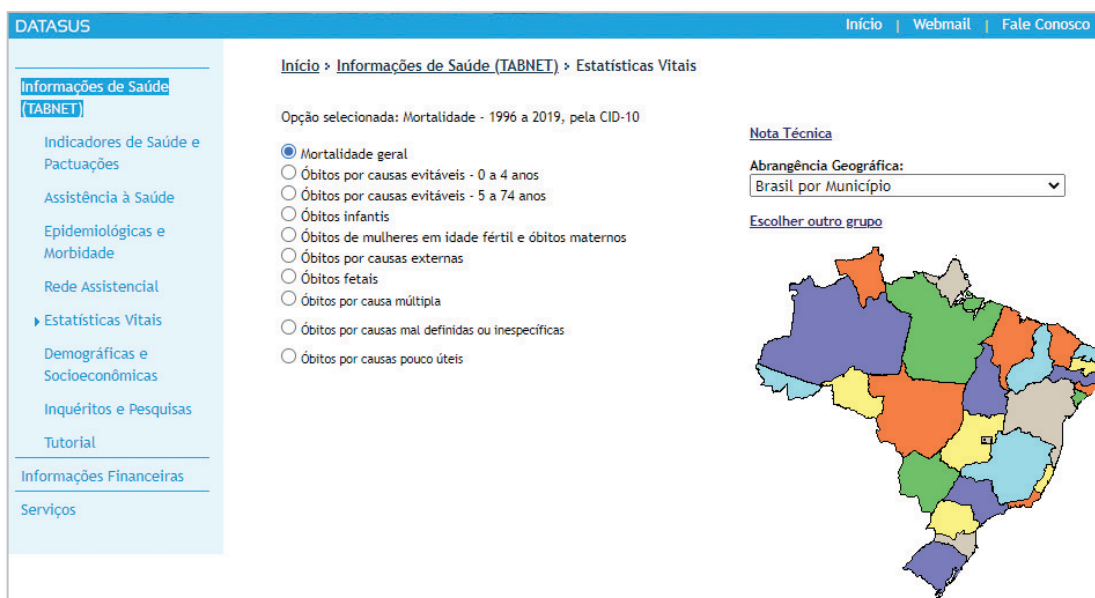
Estatísticas vitais – Mortalidade¹

As estatísticas vitais são fundamentais para o entendimento da dinâmica demográfica local e nacional (nascimentos e mortes), das principais causas de mortes no município, sua evolução no tempo, bem como do comportamento da taxa de natalidade. Esses dados sobre nascidos vivos, casamentos, óbitos e óbitos fetais são levantados com base nos registros feitos em Cartórios de Registro Civil. Como as certidões de óbito e de nascimento trazem diversas informações, esta base de dados do DATASUS as disponibiliza também para consulta, o que propicia o levantamento de dados por gênero, raça, faixa etária, estado civil, entre outros.

Mortalidade

Os dados sobre mortalidade permitem monitorar várias metas presentes em vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em “Mortalidade Geral” é possível pesquisar as mortes por homicídio, suicídio, por doenças crônicas não transmissíveis, mortes no trânsito, mortes maternas, mortes infantis e neonatais, entre outras, desagregadas para Brasil, Unidades da Federação e municípios.

¹ Ver: *Sistemas de estatísticas vitais no Brasil: avanços, perspectivas e desafios* / Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira, organizador - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101575.pdf>. Acesso em: 19 junho 2021.



Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&id=6937>

Mortes Maternas

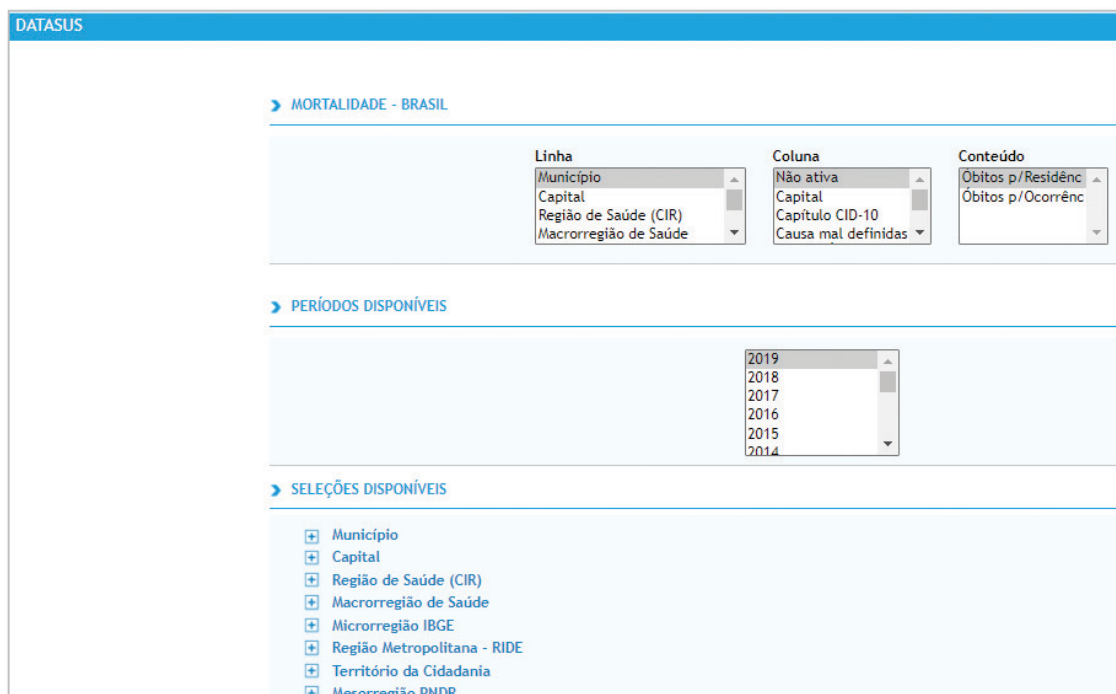
O **ODS 3** (Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades) tem como primeira meta (**META 3.1**) a redução da taxa de mortalidade materna mundial para menos de 70 por cada 100 mil nascidos vivos e a garantia de que nenhum país tenha uma taxa de mortalidade materna que supere o dobro da média mundial.



SAIBA MAIS

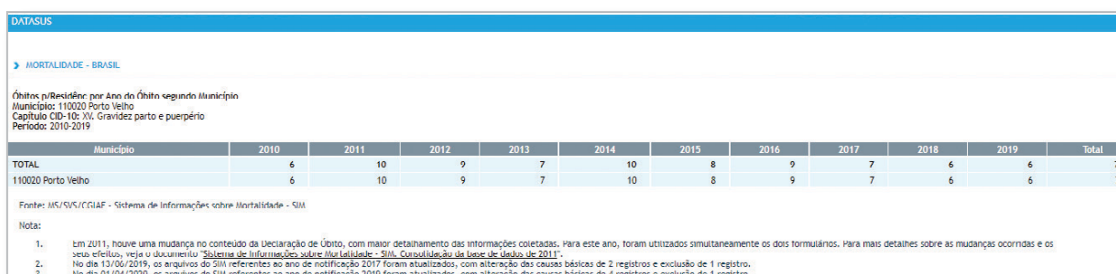
A morte considerada como materna é aquela que ocorre com as mulheres durante a gestação ou até 42 dias após o seu término, causada por qualquer fator relacionado ou agravado pela gravidez ou por medidas tomadas em relação a ela. É considerada como tardia quando ocorre em um período superior a 42 dias e inferior a um ano após o fim da gravidez.

Ao clicar em “Mortalidade Geral” e selecionar no mapa “Brasil por Município”, o sistema entrará na tela abaixo



Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10br.def>

Selecione o ano que deseja pesquisar, o município, o **Capítulo CID 10 (XV – Gravidez, parto e puerpério)**, o formato (Tabela com bordas) e clique em “Mostra”. Para facilitar a consulta, é possível selecionar na janela “Coluna” o item “Ano do Óbito”. Em “Períodos Disponíveis”, segure a tecla Shift e selecione vários anos como, por exemplo, 2010 a 2019. Ao clicar em “Mostra”, o sistema mostrará a seguinte planilha, que poderá ser baixada em Excel (clique em Copia como .CSV). Recomenda-se também filtrar estes dados por faixa etária e raça da mãe, para entender melhor os grupos mais afetados.



Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
TOTAL	6	10	9	7	10	8	9	7	6	6	78
110020 Porto Velho	6	10	9	7	10	8	9	7	6	6	78

Fonte: SIM/SUS/CIGIAF - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Nota:

1. Em 2011, houve uma mudança no conteúdo da Declaração de Óbito, com maior detalhamento das informações coletadas. Para este ano, foram utilizados simultaneamente os dois formulários. Para mais detalhes sobre as mudanças ocorridas e os seus efeitos, veja o documento "Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, Consolidado da Base de Dados de 2011".
2. No dia 13/06/2019, os arquivos do SIM referentes ao ano de notificação 2017 foram atualizados, com alteração das causas básicas de 2 registros e exclusão de 1 registro.
3. No dia 01/04/2020, os arquivos do SIM referentes ao ano de notificação 2019 foram atualizados, com alteração das causas básicas de 4 registros e exclusão de 1 registro.

Como calcular a taxa de mortalidade materna?

A taxa de mortalidade materna a cada 100 mil nascidos vivos é calculada segundo a equação a seguir. O cálculo pode ser feito anualmente usando o número de nascidos no município no respectivo ano.

$$\frac{\text{Número de óbitos de mulheres por causas ligadas à gravidez, parto e puerpério no município}}{\text{Número de nascidos vivos no município}} \times 100.000$$



SAIBA MAIS!

Qual é a diferença entre taxa e número bruto (absoluto)?

Os dados podem ser apresentados em taxas — como percentual, razões, por 1 mil ou 100 mil ou em números brutos. Os números brutos (absolutos) apresentam os valores totais de determinado indicador, enquanto as taxas representam um dado em relação a outros dados ou a uma totalidade. No caso de mortalidade materna, por exemplo, o número bruto nos mostra o número total de óbitos de mães em determinado ano. Já a taxa de mortalidade materna (ou razão de mortalidade materna) nos apresenta o número total de óbitos maternos em comparação com o número de crianças nascidas vivas. No caso desse indicador, a taxa espelha o número de óbitos maternos a cada 100 mil crianças nascidas vivas, isto é, quantas mães vieram a óbito em comparação a quantas crianças nasceram vivas no mesmo período.

Para fazer comparações entre cidades, estados e países, a utilização de taxas é mais apropriada, pois esta independe do tamanho da população das áreas que estão analisadas.

Mas, em alguns casos, é importante também que ela venha acompanhada dos números totais, especialmente quando tratamos de municípios pequenos. Com pequena população, um óbito materno, por exemplo, pode gerar uma alta taxa de mortalidade materna. E isso pode provocar distorções na interpretação da situação da mortalidade materna na localidade, indicando que há uma situação alarmante (ou, em outros casos, irrelevante) o que afeta a promoção de ações sociais e políticas públicas.

Mortes Infantis

O **ODS 3**, em sua **Meta 3.2**, recomenda que os países fortaleçam as políticas públicas para erradicar totalmente as mortes evitáveis de recém-nascidos e de crianças menores de 5 anos. Até 2030, espera-se que seja reduzida a mortalidade neonatal para, pelo menos, uma taxa de 12 por 1 mil nascidos vivos, e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para, pelo menos, 25 por 1 mil nascidos vivos.

Para descobrir o número de óbitos infantis anualmente no seu município, selecione na Plataforma o ano que deseja pesquisar, o município, a **Faixa Etária (Menor 1 ano e 1 a 4 anos)**, o formato (Tabela com bordas) e clique em “Mostra”. Para facilitar a consulta, é possível selecionar na janela “Coluna” o item “Ano do Óbito”. Em Períodos Disponíveis, segure a tecla Shift e selecione vários anos como, por exemplo, 2010 a 2019. Ao clicar em “Mostra”, o sistema mostrará a planilha a seguir, que poderá ser baixada em Excel (clique em Cópia como .CSV). Recomenda-se filtrar essas mortes também por gênero e por raça.

DADOS											
MORTALIDADE - BRASIL											
Óbitos e/ou óbito por Ano do Óbito segundo Município											
Municípios: 110000 Porto Velho											
Faixa Etária: Menor 1 ano, 1 a 4 anos											
Período: 2010-2019											
Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
TOTAL	206	136	151	151	141	136	150	143	120	128	1.462
110000 Porto Velho	206	136	151	151	141	136	150	143	120	128	1.462

Fonte: IBGE/SIS/COIAE - Sistema de informações sobre mortalidade - SIM

Nota:

- Em 2011, houve uma mudança no conteúdo da Declaração de Óbito, com maior detalhamento das informações coletadas. Para este ano, foram utilizados simultaneamente os dois formulários. Para mais detalhes sobre as mudanças ocorridas e os seus efeitos, veja o documento "Sistema de informações sobre mortalidade - SIM, Conversão de base de dados de 2011".
- No dia 11/08/2019, os arquivos do SIM referentes ao ano de notificação 2017 foram atualizados, com alteração dos causas básicos de 2 registros e exclusão de 1 registro.
- No dia 01/04/2020, os arquivos do SIM referentes ao ano de notificação 2019 foram atualizados, com alteração dos causas básicos de 4 registros e exclusão de 1 registro.

Como calcular a taxa de mortalidade infantil?

A taxa de mortalidade infantil, segundo a **Meta 3.2**, significa o número de óbitos de menores de 5 anos de idade por 1 mil nascidos vivos, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Ela pode ser calculada a partir da equação abaixo:

$$\frac{\text{Número de óbitos de residentes no município com menos de 5 anos de idade}}{\text{Número total de nascidos vivos de mães residentes no município}} \times 100.000$$

Mortalidade Neonatal

No Brasil, a maior parte da mortalidade na infância tende a ocorrer no período neonatal. Os governos nacionais e subnacionais precisam continuar fortalecendo os serviços de saúde primária e especializada, pois a maior parte desses óbitos ocorre em função de deficiências na assistência pré-natal e na atenção ao recém-nascido. Até 2030, a **Meta 3.2** do **ODS 3** prevê que seja reduzida a mortalidade neonatal para, pelo menos, a taxa de 12 por 1 mil nascidos vivos.

Para descobrir o número de óbitos neonatais anualmente no seu município, selecione na Plataforma o ano que deseja pesquisar, o município, a **Faixa Etária (Menor 1 ano)**, o formato (Tabela com bordas) e clique em "Mostra". Para facilitar a consulta, é possível selecionar na janela "Coluna" o item "Ano do Óbito". Em Períodos Disponíveis, segure a tecla Shift e selecione vários anos como, por exemplo, 2010 a 2019. Ao clicar em "Mostra", o sistema mostrará a seguinte planilha, que poderá ser baixada em Excel (clique em Copia como .CSV). Recomenda-se filtrar essas mortes também por gênero e por raça.

DATASUS											
MORTALIDADE - BRASIL											
Óbitos p/Residência por Ano do Óbito segundo Município											
Município: 110020 Porto Velho											
Faixa Etária: Menor 1 ano											
Período: 2010-2019											
Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
TOTAL	176	111	128	124	121	121	134	121	107	110	1.253
110020 Porto Velho	176	111	128	124	121	121	134	121	107	110	1.253

Fonte: SIS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Notas:

1. Em 2011, houve uma mudança no conteúdo da Declaração de Óbito, com maior detalhamento das informações coletadas. Para este ano, foram utilizados simultaneamente os dois formulários. Para mais detalhes sobre as mudanças ocorridas e os seus efeitos, veja o documento "Sistema de Informações sobre a Mortalidade - SIM: Consolidação da base de dados de 2011".
2. No dia 13/06/2019, os arquivos do SIM referentes ao ano de notificação 2017 foram atualizados, com alteração das causas básicas de 2 registros e exclusão de 1 registro.
3. No dia 01/04/2020, os arquivos do SIM referentes ao ano de notificação 2019 foram atualizados, com alteração das causas básicas de 4 registros e exclusão de 1 registro.

Como calcular a taxa de mortalidade neonatal?

A taxa de mortalidade neonatal, segundo a **Meta 3.2**, significa o número de óbitos de menores de um ano de idade, por 1 mil nascidos vivos, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Para calculá-la, utilize a equação abaixo:

$$\frac{\text{Número de óbitos de residentes no município com menos de 1 ano de idade}}{\text{Número total de nascidos vivos de mães residentes no município}} \times 100.000$$

Mortes por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT)

A **Meta 3.4** do **ODS 3** prevê a redução em um terço da mortalidade prematura por doenças não transmissíveis por meio de políticas de prevenção e tratamento adequadas aos públicos mais vulneráveis a essas enfermidades. As quatro principais doenças desse grupo são: doenças do aparelho circulatório (DAC), diabetes mellitus (DM), neoplasias e doenças respiratórias crônicas (DRC), as quais são responsáveis por mais da metade das mortes por doenças não transmissíveis. O crescimento da incidência dessas enfermidades gerou o termo "epidemia de DCNT".

Para descobrir o número de óbitos por doenças do aparelho circulatório (DAC), neoplasias e doenças respiratórias crônicas (DRC), acesse a plataforma e, na janela "Linha", selecione "Ano do Óbito" e, na janela "Coluna", selecione "**Capítulo CID-10**". Selecione todos os anos desejados e o nome do seu município. Abra o item "Capítulo CID-10" e selecione **II. Neoplasias (tumores), IX. Doenças**

do aparelho circulatório e X. Doenças do aparelho respiratório.

Selecione o formato (Tabela com bordas) e clique em “Mostra”. O sistema mostrará a seguinte planilha, que poderá ser baixada em Excel (clique em Cópia como .CSV). Recomenda-se filtrar essas mortes também por gênero, raça e faixa etária, para entender melhor os grupos mais afetados.

DATASUS				
> MORTALIDADE - BRASIL				
Óbitos p/Residência por Capítulo CID-10 segundo Ano do Óbito Município: 110020 Porto Velho Capítulo CID-10: II, Neoplasias (tumores), IX, Doenças do aparelho circulatório, X, Doenças do aparelho respiratório Período: 2010-2019				
Ano do Óbito	Cap II	Cap IX	Cap X	Total
TOTAL	3.631	4.587	2.361	10.579
2010	322	415	185	922
2011	309	459	192	960
2012	288	480	258	1.026
2013	335	427	232	994
2014	345	447	271	1.063
2015	396	436	244	1.076
2016	119	185	238	1.142
2017	400	473	270	1.143
2018	404	516	236	1.156
2019	413	479	235	1.127

Fonte: IMS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Para descobrir o número de óbitos por diabetes mellitus (DM), na janela “Linha” selecione “Ano do Óbito” e, na janela “Coluna”, selecione “Grupo CID-10”. Selecione todos os anos desejados e o nome do seu município. Abra o item “**Grupo CID-10**” e selecione **Diabetes Mellitus**. Selecione o formato (Tabela com bordas) e clique em “Mostra”. Recomenda-se também gerar os números por gênero, raça e faixa etária, para entender melhor os grupos mais afetados.

Suicídio

O suicídio é um grave problema de saúde pública, que pode ser evitado, com base em evidências e com intervenções de baixo custo. Saúde mental e bem-estar são essenciais para que as pessoas possam viver de forma saudável e desenvolver suas capacidades. Vale lembrar que as pessoas são a preocupação central da Agenda 2030. Na **Meta 3.4**, do **ODS 3**, fala-se em promover a saúde mental e o bem-estar da população. Uma das formas de medir a qualidade da saúde mental da população é por meio dos indicadores de suicídio.

Para descobrir o número de óbitos por suicídio no seu município, acesse a Plataforma e na janela “Linha” selecione “Ano do Óbito” e na janela “Coluna” selecione “Categoria CID-10”. Selecione todos os anos desejados e o nome do município. Abra o item “**Categoria**

CID-10” e selecione **Categoria CID-10 X60 a X84**. Selecione o formato (Tabela com bordas) e clique em “Mostra”. Recomenda-se também gerar os números por gênero, raça e faixa etária, para entender melhor os grupos mais afetados.

Para calcular a taxa de suicídio a cada 100 mil habitantes faça a equação abaixo:

$$\frac{\text{Número de óbitos por suicídio no município no ano de referência}}{\text{Número total da população do município no ano de referência}} \times 100.000$$

Homicídios

O **ODS 16** busca a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, com acesso à justiça para todos. Para alcançarmos um município e um país pacíficos precisamos reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas a elas (**Meta 16.1**), acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças (**Meta 16.2**), bem como promover o Estado de Direito, com a igualdade de acesso à justiça para todos (**Meta 16.3**).

Acesse a plataforma e na janela “Linha” selecione “Ano do Óbito” e na janela “Coluna” selecione “Categoria CID-10”. Selecione todos os anos desejados e o nome do seu município. Abra o item “**Categoria CID-10**” e selecione mortes intencionais por causas externas **X85 a Y09**. Selecione o formato (Tabela com bordas) e clique em “Mostra”. Recomenda-se também gerar os números por sexo, raça e faixa etária, para entender melhor os grupos mais afetados.

Para calcular a taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes, faça a equação abaixo:

$$\frac{\text{Número de óbitos por homicídio no município no ano de referência}}{\text{Número total da população do município no ano de referência}} \times 100.000$$



FICA A DICA!

O Instituto de Pesquisa do Governo do Estado do Espírito Santo – Instituto Jones dos Santos Neves – alimenta o **Observatório da Segurança Cidadã**, com dados diversos acerca de homicídios no estado, tais como homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal com morte, confronto com a polícia e mortes no trânsito, desagregados por idade, gênero, raça/cor e município. Pesquise se o seu estado também possui esse tipo de plataforma!

Mortes no Trânsito

A mortalidade resultante de acidentes de trânsito é um fator que preocupa países no mundo todo, tornando-se um importante tema de trabalho das Nações Unidas e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Reduzir a mortalidade no trânsito também faz parte das metas do **ODS 3**. A **Meta 3.6** propõe, até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas.

Para descobrir o número de óbitos por acidentes de trânsito (transportes terrestres) no seu município, acesse a plataforma e na janela “Linha” selecione “Ano do Óbito” e na janela “Coluna” selecione “Categoria CID-10”. Selecione todos os anos desejados e o nome do seu município. Abra o item “**Categoria CID-10**” e selecione os itens **V01 a V89**. Selecione o formato (Tabela com bordas) e clique em “Mostra”. Recomenda-se também gerar os números por gênero.

Para calcular a taxa de mortalidade no trânsito a cada 100 mil habitantes, faça a equação abaixo:

$$\frac{\text{Número de óbitos no trânsito no município no ano de referência}}{\text{Número total da população do município no ano de referência}} \times 100.000$$

Estatísticas Vitais - Nascidos Vivos



Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205>

Para calcular as taxas de mortalidade materna, mortalidade neonatal e mortalidade infantil é preciso saber a quantidade de nascidos vivos no município no ano de referência da equação. A base de dados de nascidos vivos, de 1994 a 2019, também está no sistema de estatísticas vitais do DATASUS.

Na plataforma, ao selecionar Nascidos Vivos e Brasil por Município (no mapa lateral), abrirá a tela a seguir. Em “Coluna”, selecione “Ano do Nascimento”. Em Períodos Disponíveis selecione todos os anos que deseja consultar. Depois selecione o nome do município. Esta será uma seleção básica, que trará o número total de nascidos vivos

por ano no município. No entanto, existe uma série extensa de variáveis que podem ser consultadas e que são muito importantes para desagregar os dados.

Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvbr.def>

Gravidez na Adolescência

Alguns fatores são importantes para a redução da mortalidade infantil, neonatal e materna. A idade da mãe é um deles, pois traz implicações para a saúde tanto da mãe quanto da criança. De acordo com a classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS), as mães entre 10 e 19 anos de idade são mães adolescentes. Para desagregar mais esses dados, o PNUD tem separado os números de gravidez de meninas de 10 a 14 e de 15 a 19 anos.

Para saber o número de nascidos vivos de mães adolescentes (grupos etários de 10 a 14 e de 15 a 19), nessa mesma tela abaixo, basta selecionar as faixas etárias em “Idade da Mãe”.

➤ **NASCIDOS VIVOS - BRASIL**

Linha	Coluna	Conteúdo
Município	Não ativa	Nascim p/resid.mãe
Capital	Capital	Nascim p/ocorrênc
Região de Saúde (CIR)	Ano do nascimento	
Macrorregião de Saúde	Mês do nascimento	

➤ **PERÍODOS DISPONÍVEIS**

2019
2018
2017
2016
2015
2014

➤ **SELEÇÕES DISPONÍVEIS**

- ☑ Município
- ☑ Capital
- ☑ Região de Saúde (CIR)
- ☑ Macrorregião de Saúde
- ☑ Microrregião IBGE
- ☑ Região Metropolitana - RIDE
- ☑ Território da Cidadania
- ☑ Mesorregião PNDR
- ☑ Amazônia Legal
- ☑ Semiárido
- ☑ Faixa de Fronteira
- ☑ Zona de Fronteira
- ☑ Município de extrema pobreza
- ☑ Local ocorrência
- ☑ Idade da mãe
- ☑ Instrução da mãe
- ☑ Estado civil mãe
- ☑ Duração gestação
- ☑ Tipo de gravidez
- ☑ Grupos de Robson
- ☑ Adeq quant pré-natal*
- ☑ Tipo de parto
- ☑ Consult pré-natal
- ☑ Sexo
- ☑ Cor/raça
- ☑ Anos 1º minuto

INDICADORES ODS QUE CONSIGO ENCONTRAR NO SISTEMA DE ESTATÍSTICAS VITAIS DO DATASUS:



3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Meta 3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100 mil nascidos vivos

INDICADORES

✓ Número e taxa de mortalidade materna a cada 100 mil nascidos vivos, por raça e por faixa etária

Meta 3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1 mil

nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1 mil nascidos vivos

INDICADORES

- ✓ Número e taxa de mortes neonatais por 1 mil nascidos vivos, por sexo e por raça
- ✓ Número e taxa de mortes infantis de crianças menores de 5 anos por 1 mil nascidos vivos, por sexo e por raça

Meta 3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis por meio de prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar

INDICADORES

- ✓ Números e taxa de mortalidade por neoplasias, doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho respiratório e diabetes mellitus por 100 mil habitantes, por raça, sexo e faixa etária
- ✓ Números e taxa de mortalidade por suicídio por 100 mil habitantes, por sexo, raça e faixa etária

Meta 3.6 Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas

INDICADORES

- ✓ Números e taxa de mortalidade por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes

Meta 3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais

INDICADORES

- ✓ Número de nascidos vivos de mães adolescentes (grupos etários 10 a 14 e 15 a 19)



Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Meta 5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

INDICADORES

- ✓ Número de nascidos vivos de mães adolescentes (grupos etários 10 a 14 e 15 a 19)



FICA A DICA!

ESTIMATIVA POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS

A população residente estimada de cada município brasileiro, por ano, pode ser encontrada no **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)**. As estimativas anuais são importantes para o cálculo das taxas tratadas anteriormente.

Neste **link** é possível encontrar a população por município de 2001 a 2020. Após selecionar os anos que deseja e a unidade territorial (Município), será possível visualizar ou fazer o download das estimativas populacionais para todos os municípios do país.

A estimativa populacional dos municípios, de 2001 a 2020, também pode ser encontrada **aqui**.



SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (SNIS) - Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)

O **SNIS** é um grande sistema de informações da área de saneamento brasileira criado em 1996, com uma base de dados que contém informações e indicadores sobre a prestação de serviços de Água e Esgotos, de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos e Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas.



Disponível em: <http://www.snis.gov.br/>

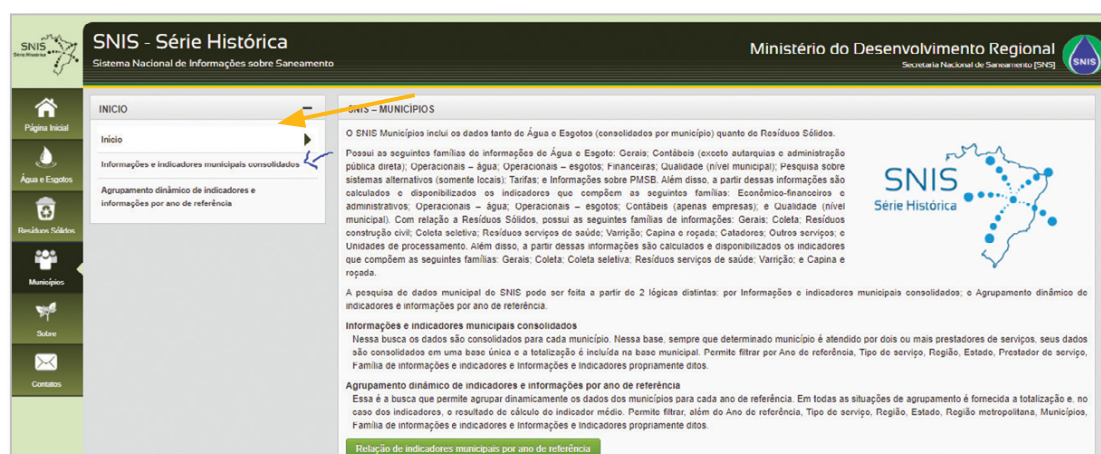
Os dados são coletados anualmente junto aos municípios e aos prestadores de serviços de saneamento básico. Os formulários de preenchimento contêm informações de caráter institucional, administrativo, operacional, gerencial, econômico-financeiro, contábil e de qualidade da prestação de serviços. A partir do ano de 2019, o SNIS passou a disponibilizar o **Painel de Informações sobre Saneamento**, que traz as principais informações e indicadores de forma bastante acessível.

O Painel de Indicadores 2019 está acessível no link informado a seguir. Ao clicar no botão “Iniciar”, é possível buscar o município desejado no mapa e obter as informações de Água, Esgoto, Águas Pluviais e Resíduos Sólidos.



Disponível em: <http://appsnsis.mdr.gov.br/indicadores/web/>

No entanto, o mais indicado é acessar o link “Série Histórica” na página inicial, e selecionar “Municípios” no menu à esquerda. A seguir, clique em “Informações e Indicadores municipais consolidados”.



Disponível em: <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/>

Ao entrar na tela abaixo, selecione o município e quais anos deseja pesquisar. Em seus diagnósticos, o PNUD vem avaliando uma série histórica a partir de 2010, que possibilita uma visão ampla da evolução do sistema de saneamento local na última década.

Ao clicar em “Continuar”, o sistema pedirá a seleção dos indicadores desejados, disponibilizando 27 famílias de informações para serem selecionadas.

Disponível em: <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/>

INDICADORES ODS QUE CONSIGO ENCONTRAR NO SNIS:



Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos

Meta 6.1 Até 2030, alcançar universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos

Meta 6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade

Meta 6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos

químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade, a proporção de águas residuais não tratadas, e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente

Meta 6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com escassez de água

INDICADORES

- ✓ Percentual da população total atendida com abastecimento de água
- ✓ Percentual da população total atendida com esgotamento sanitário
- ✓ Percentual de esgoto tratado em relação ao volume de água consumida
- ✓ Índice de perdas na distribuição de água



Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Meta 11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas

Meta 11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros

Meta 12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionalmente acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente

INDICADORES

- ✓ Percentual da população atendida com a coleta de resíduos sólidos domiciliares e públicos
- ✓ Quantidade de caminhões de coleta (compactadores, basculantes etc) pertencentes aos agentes públicos e privados executores da coleta RDO (resíduos sólidos domiciliares) e RPU (resíduos sólidos públicos) no município
- ✓ Percentual da população atendida com a coleta de resíduos recicláveis domiciliares e públicos



PAINEL DE INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS DA INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

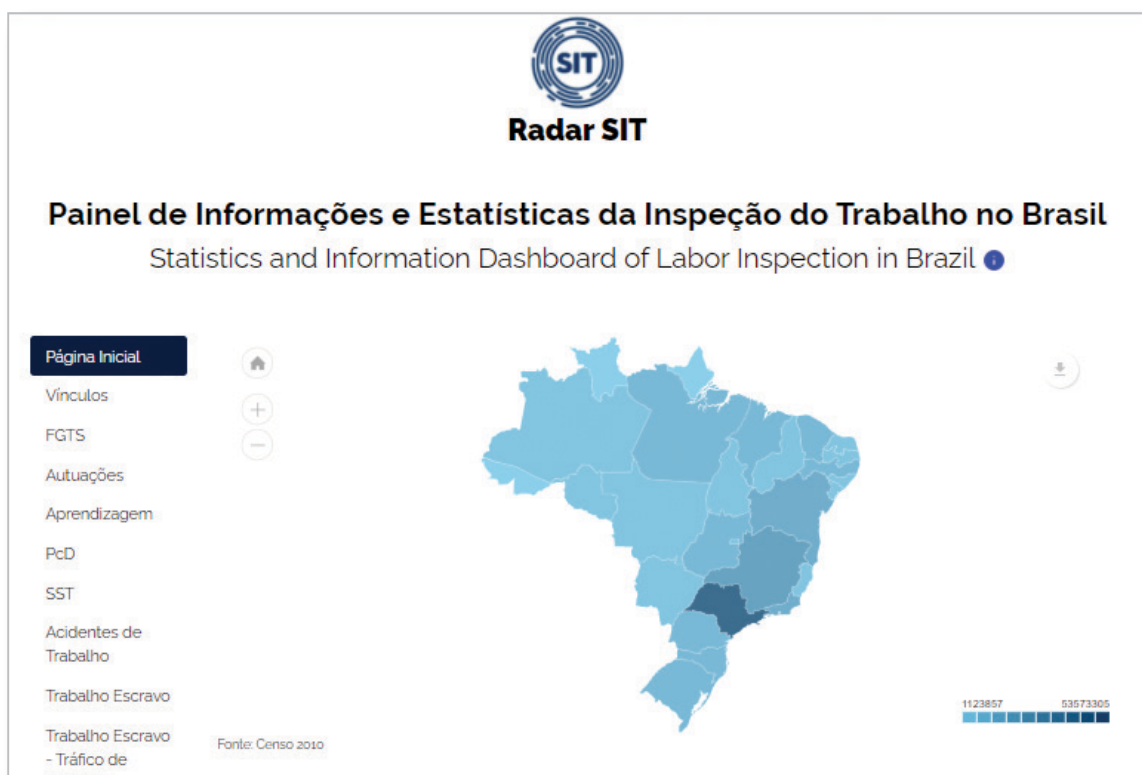
O **Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho Escravo** é uma base de dados que traz estatísticas sobre o trabalho escravo em municípios brasileiros, descobertos por meio de ações fiscais coordenadas pela Secretaria de Inspeção do Trabalho.



SAIBA MAIS!

O governo brasileiro considera o trabalho escravo como aquele realizado em condição análoga à de escravo, que resulte em alguma/s das seguintes situações: a submissão de trabalhador a trabalhos forçados; a submissão de trabalhador à jornada exaustiva; a sujeição de trabalhador a condições degradantes de trabalho; a restrição da locomoção do trabalhador, seja em razão de dívida contraída, seja por meio do cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, ou por qualquer outro meio com o fim de retê-lo no local de trabalho; a vigilância ostensiva no local de trabalho por parte do empregador ou seu preposto, com o fim de retê-lo no local de trabalho; a posse de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, por parte do empregador ou seu preposto, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

Ao clicar em um estado no mapa, o sistema mostra, por ano, quais municípios do estado selecionado possuem trabalhadores em condições análogas à de escravo encontrados pela inspeção do trabalho.



Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>

INDICADORES ODS QUE CONSIGO ENCONTRAR NO PAINEL DE INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS DA INSPEÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO:



Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos

Meta 8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna, o tráfico de pessoas e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.

INDICADOR

- ✓ Quantidade de trabalhadores em condição análoga à de escravo encontrados por ano no município.



FICA A DICA!

Para desenvolver o diagnóstico, o município pode estabelecer uma parceria com uma instituição de ensino da região — Universidade, Faculdade, Instituto Federal, entre outras —, ou com institutos de pesquisa público ou privado. Outra possibilidade é a organização de um Grupo de Trabalho com servidores municipais que se interessem pelo tema e tenham um conhecimento compatível. Neste sentido, habilidades diversas podem se complementar para um diagnóstico bem organizado e com dados confiáveis.



Leia mais no **Guia de Mobilização de Parcerias para a Promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, que integra essa Coletânea.



SAIBA MAIS!

Diversas organizações e prefeituras monitoram indicadores de gestão que podem ser adotados por todos os municípios. Os municípios também podem criar seus próprios indicadores de gestão, de acordo com sua realidade. Algumas opções:

Indicadores relativos à mobilização de recursos financeiros: **Portal Meu Município**

Indicadores de Gestão Fiscal: **Índice Firjan de Gestão Fiscal**

Fonte: CNM, 2016.



MATRIZ BÁSICA PARA NORTEAR A CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO SITUACIONAL MUNICIPAL DE INDICADORES ODS

ORIENTAÇÕES INICIAIS

Antes de iniciar a construção do Diagnóstico do seu município, recomenda-se seguir as orientações abaixo:

- ✓ Montar uma equipe técnica para planejar o trabalho e levantar os indicadores.
- ✓ Definir se será feito um sistema online de alimentação e monitoramento de dados ou se será feito um documento escrito em formato de relatório.
- ✓ Identificar outros dados que a prefeitura possui e que podem compor o levantamento completo. Também será necessário verificar a qual ODS e qual Meta os novos dados pertencem.
- ✓ É possível encontrar mais dados municipais nos bancos de dados sugeridos. Esta lista que apresentamos não esgota todos os dados que existem.
- ✓ Redigir textos analíticos dos indicadores e gerar os gráficos e tabelas de evolução dos indicadores ano a ano. Sugere-se uma série de 10 anos para cada.
- ✓ A realidade é dinâmica e mutável, por isso, o município pode identificar que determinado tema retratado por um determinado indicador, já sofreu alterações ou estão defasados, como é o caso das informações referentes ao Censo 2010. Sugere-se buscar nas Secretarias Municipais dados mais atualizados.
- ✓ A gestão municipal pode também dispor de informações mais desagregadas, mas para fazer uso delas, recomenda-se a análise de sua confiabilidade, qualidade, custo, replicabilidade e histórico. Agregar novas informações aos indicadores já existentes pode contribuir para ampliar a qualidade de atuação do município ao se implantar a Agenda 2030.
- ✓ O documento final deve integrar o cotidiano do município, auxiliando na tomada de decisões e alcance das metas dos ODSs.

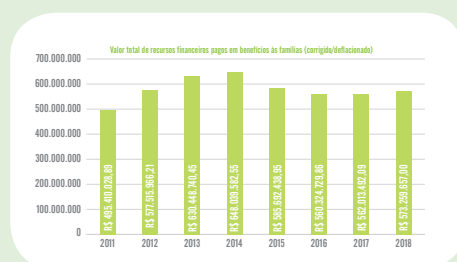
- ✓ Utilizar o documento para basear as definições de políticas, programas e projetos a serem desenvolvidos, assim como linha de base para o monitoramento e alcance dessas ações.
- ✓ A matriz base a seguir foi elaborada por áreas temáticas, mas nada impede que o Diagnóstico seja montado de outra forma como, por exemplo, por ODS. Fiquem à vontade para exercer a criatividade!



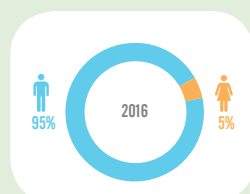
FICA A DICA!

Os diferentes tipos gráficos e apresentação visual nos ajudam a entender as informações e dados a partir de diferentes perspectivas! Seguem alguns exemplos:

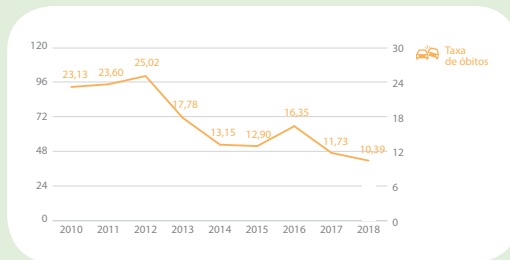
Gráficos de barras (ou colunas): Ajudam na comparação de quantidades entre si. Um exemplo da aplicação deste tipo de gráfico é na disposição ao longo dos anos do fornecimento de um benefício ou da quantidade de homicídios.



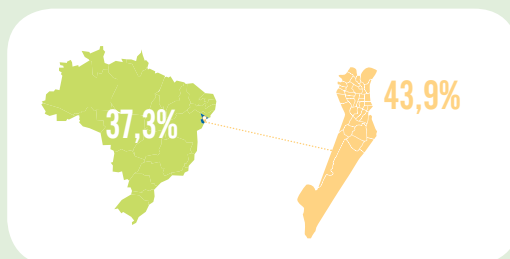
Gráficos de pizza (ou torta): Auxilia na comparação de um todo, um o conjunto. Um exemplo é utilizar este tipo de gráfico para mostrar a porcentagem de cada faixa etária da população do município.



Gráficos de linhas: Os gráficos de linhas geralmente são utilizados para compreendermos a mudança de taxas e/ou quantidades ao longo do tempo. Por exemplo, a taxa de mortalidade infantil ao longo dos anos.



Mapas: Outra forma de apresentar e ler dados é por meio de mapas. Além de informações geográficas, os mapas podem trazer também dados que facilitam a comparação entre municípios, estados, países ou regiões.



MODELO DE MATRIZ BÁSICA

A matriz a seguir foi elaborada por áreas temáticas como um modelo para ser utilizado no Diagnóstico Situacional Municipal. No entanto, nada impede que o Diagnóstico seja organizado de outra forma, como, por exemplo, por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável. Exerça a criatividade! O importante é que o produto final seja uma base de dados utilizável no cotidiano do município, embasando as decisões acerca de políticas, programas e projetos a serem desenvolvidos com foco na Agenda 2030.

ÁREAS TEMÁTICAS ODS - METAS	INDICADORES	FONTES
POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL		
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDHM)  META 1.1, 1.2	■ IDHM 1991, 2000 e 2010, desagregado por sexo, cor e faixa etária	<i>Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil</i> http://www.atlasbrasil.org.br/perfil
VULNERABILIDADE SOCIAL  META 1.1, 1.2	■ % de pessoas em situação de vulnerabilidade social no município (extrema pobreza, pobreza e vulneráveis à pobreza), em 1991, 2000 e 2010 ■ Evolução das proporções de extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza inscritas no CadÚnico após o bolsa família no município, 2014 a 2017 ■ % de vulneráveis e dependentes de idosos, em 1991, 2000 e 2010 ■ % de crianças extremamente pobres, em 1991, 2000 e 2010 ■ % de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal, em 1991, 2000 e 2010	<i>Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil</i> http://www.atlasbrasil.org.br/perfil *Ver página 40 deste Guia.

	■ Número de famílias cadastradas no Cadastro Único ■ % de famílias do município cadastradas no Cadastro Único com renda per capita mensal de R\$0,00 a R\$89,00 ■ % de famílias do município cadastradas no Cadastro Único com renda per capita mensal de R\$89,01 até R\$178,00 ■ % de famílias do município cadastradas no Cadastro Único com renda per capita mensal de R\$178,01 até 1/2 salário mínimo ■ % de famílias do município cadastradas no Cadastro Único com renda per capita mensal acima de 1/2 salário mínimo	CECAD 2.0 https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php# Ministério do Desenvolvimento Social - SIGPBF https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/
PROTEÇÃO SOCIAL  META 1.3  META 5.4	■ ■ Número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família ■ ■ % da população total do município beneficiada pelo Programa Bolsa Família ■ ■ % de famílias pobres do município cobertas pelo Programa Bolsa Família ■ ■ % de pessoas cadastradas no CadÚnico em famílias com renda per capita mensal de R\$0,00 até R\$89,00 ■ ■ % de pessoas cadastradas no CadÚnico em famílias com renda per capita mensal de R\$89,01 até R\$178,00 ■ ■ % de pessoas cadastradas no CadÚnico em famílias com renda per capita mensal de R\$178,01 até 1/2 Salário Mínimo ■ ■ % de pessoas cadastradas no CadÚnico em famílias com renda per capita mensal acima de 1/2 salário mínimo ■ ■ % de homens e mulheres cadastrados no CadÚnico do município	CECAD 2.0 https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php# Ministério do Desenvolvimento Social - SIGPBF https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/

 META 1.a	■ Proporção do total das despesas públicas com serviços essenciais (educação, saúde e proteção social)	<i>SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional</i> https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf
RESILIÊNCIA E REDUÇÃO DE RISCOS PARA VULNERÁVEIS  META 1.5  METAS 11.5, 11.b  META 13.1	■ ■ ■ Planos de Contingência Municipal já desenvolvidos pelo Município (planejamento tático, concebido a partir de uma determinada possibilidade de desastre) ■ ■ ■ Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres	<i>Ministério do Desenvolvimento Regional - Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2iD</i> https://s2id.mi.gov.br/paginas/index.xhtml
DESNUTRIÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR		
DESNUTRIÇÃO INFANTIL  META 2.2	■ Percentual de crianças desnutridas com até 2 anos no município por ano (soma do percentual de magreza e magreza acentuada) ■ Índice de obesidade entre crianças até 5 anos de idade no município por ano - Índice de desnutrição de crianças menores de 5 anos (magreza acentuada) ■ Percentual de nascidos vivos com baixo peso (CNM)	<i>Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan)</i> https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index <i>Confederação Nacional de Municípios – Mandala Municipal (% nascidos baixo peso)</i> https://ods.cnm.org.br/mandala-municipal *Ver página 50 deste Guia.

PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA  META 2.3, 2.4, 2.5	■ Tipos de produtividade agrícola prevalentes no município e produção anual por tipo de alimento (avaliar ano a ano o desenvolvimento da produtividade) ■ Percentual de estabelecimentos de agricultura familiar existentes no município em relação ao total (avaliar ano a ano o crescimento ou regressão da agricultura familiar) ■ Renda média mensal dos pequenos produtores de alimentos (avaliar variação da renda média ano a ano)	<i>IBGE Cidades (Pesquisas – Censo Agropecuario e Produção Agrícola)</i> https://cidades.ibge.gov.br/ <i>Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA</i> https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017#caracteristicas-estabelecimentos
SAÚDE E BEM-ESTAR		
MORTALIDADE MATERNA  META 3.1	■ Número e taxa de mortalidade materna a cada 100 mil nascidos vivos, por ano, por raça e por faixa etária	<i>DATASUS – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)</i> http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/obt10br.def *Ver páginas 71 e 72 deste Guia.
MORTALIDADE NA INFÂNCIA  META 3.2	■ Esperança de vida ao nascer, em 1991, 2000 e 2010 (Atlas) ■ Taxa de mortalidade infantil, por sexo e por raça, 2016 e 2017 (Atlas) ■ Número e taxa de mortes neonatais por 1 mil nascidos vivos, por sexo e por raça ■ Número e taxa de mortes infantis de crianças menores de 5 anos por 1 mil nascidos vivos, por sexo e por raça	<i>Atlas do Desenvolvimento Humano (Perfil – Saúde)</i> http://www.atlasbrasil.org.br/perfil <i>DATASUS – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)</i> http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/obt10br.def <i>IBGE Cidades e Estados Taxa Mortalidade Infantil 2000-2019</i> https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio *Ver páginas 75 e 76 deste Guia.

DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS



META 3.3

- Número de casos e taxa de detecção por 100 mil habitantes de sífilis adquirida, por ano de diagnóstico
- Número de mortes e taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de sífilis adquirida, por ano
- Número de casos e taxa de detecção por 100 mil habitantes de HIV/Aids, por ano de diagnóstico
- Número de mortes e taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de HIV/Aids, por ano
- Número de casos e taxa de detecção por 100 mil habitantes de hepatites virais, por ano de diagnóstico
- Número de mortes e taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de hepatites virais, por ano
- Número de casos e taxa de detecção por 100 mil habitantes de tuberculose, por ano de diagnóstico
- Número de mortes e taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de tuberculose, por ano
- Número de casos e taxa de detecção por 100 mil habitantes de hanseníase, por ano de diagnóstico
- Número de mortes e taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de hanseníase, por ano
- Número de casos de malária notificados no município por ano, por sexo, por raça, por faixa etária (Datasus)
- Número de mortes e taxa de mortalidade por malária a cada 100 mil habitantes, por ano, por raça e por faixa etária (Datasus)

Indicadores e dados básicos da Sífilis nos Municípios brasileiros

<http://indicadoressifilis.aids.gov.br/>

Indicadores e dados básicos do HIV/Aids nos Municípios brasileiros

<http://indicadores.aids.gov.br>

Indicadores e dados básicos das hepatites nos Municípios brasileiros

<http://indicadoreshepatites.aids.gov.br/>

Indicadores e dados básicos de tuberculose nos Municípios brasileiros

<http://indicadorestuberculose.aids.gov.br/>

Indicadores e dados básicos de Hanseníase nos Municípios brasileiros

<http://indicadoreshanseníase.aids.gov.br/>

DATASUS – Malária (casos confirmados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação)

<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinanet/cnv/malabr.def>

DATASUS – Malária (Sistema de Informações sobre Mortalidade)

<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&id=6937>

	■ Número de casos confirmados de dengue (clássico e febre hemorrágica da dengue), por 100 mil habitantes, em determinado espaço geográfico e no ano considerado (códigos A90-A91 do CID-10) ■ Número de mortes e taxa de mortalidade por dengue a cada 100 mil habitantes, por ano, por raça e por faixa etária (Datasus)	<i>INFODENGUE (Fiocruz)</i> https://info.dengue.mat.br/ <i>DATASUS – Dengue (Sistema de Informações sobre Mortalidade)</i> http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&id=6937 *Ver páginas 62 a 68 deste Guia.
MORTALIDADE POR SUICÍDIO  META 3.4	■ Números e taxas de mortalidade por suicídio por 100 mil habitantes, por sexo, raça e faixa etária	<i>DATASUS – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)</i> http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10br.def *Ver páginas 78 e 79 deste Guia.
MORTALIDADE POR DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS  META 3.4	■ Números e taxa de mortalidade por neoplasias, doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho respiratório e diabetes mellitus por 100 mil habitantes, por raça, sexo e faixa etária	<i>DATASUS – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)</i> http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10br.def *Ver páginas 77 e 78 deste Guia.

PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS E ÁLCOOL  META 3.5	■ Mapear o número de usuários de drogas atendidos no CRAS, no CREAS e outros organismos de saúde municipais ■ % de mortes por álcool e drogas segundo o universo total de mortes anuais no município (DATASUS e CNM)	Levantar informações junto ao CRAS, CREAS ou outros organismos de saúde pública do município que monitoram o tratamento de usuários de drogas e álcool. <i>DATASUS – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)</i> http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/obt10br.def <i>Confederação Nacional de Municípios – Mandala Municipal (% mortes 2014 a 2018)</i> https://ods.cnm.org.br/mandala-municipal
MORTALIDADE POR ACIDENTES DE TRÂNSITO  META 3.6	■ Números e taxa de mortalidade por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes, por sexo	<i>DATASUS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC)</i> http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sinasc/cnv/nvbr.def *Ver páginas 80 e 81 deste Guia.
GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA  META 3.7  META 5.6	■ ■ Número de nascidos vivos de mães adolescentes (grupos etários 10 a 14 e 15 a 19), por ano, por raça	<i>DATASUS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC)</i> http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sinasc/cnv/nvbr.def *Ver páginas 82 e 83 deste Guia.

EDUCAÇÃO

FREQUÊNCIA ESCOLAR E QUALIDADE DO ENSINO



META 4.1, 4.5, 4.6

- Fluxo escolar por faixa etária no município, 2000 e 2010 (Atlas)
- Distorção idade-série no ensino médio e evasão no ensino fundamental e médio no município, 2013 a 2017 (Atlas)
- Expectativa de anos de estudo no município, 2000 e 2010 (Atlas)
- Escolaridade da população de 25 anos ou mais de idade no município, 2010 (Atlas)
- Taxa de Distorção Idade-Série no médio, 2016 e 2017, por sexo e por raça (Atlas)
- Taxa de evasão no ensino fundamental, 2016 e 2017, por sexo e por raça (Atlas)
- IDEB anos finais do ensino fundamental, 2016 e 2017, por sexo e por raça (Atlas)
- IDEB anos iniciais do ensino fundamental, 2016 e 2017, por sexo e por raça (Atlas)
- % de alunos do ensino fundamental em escolas com laboratório de informática, 2016 e 2017, por sexo e por raça (Atlas)
- % de alunos do ensino fundamental em escolas com internet, 2016 e 2017, por sexo e por raça (Atlas)
- % de alunos do ensino médio em escolas com laboratório de informática, 2016 e 2017, por sexo e por raça (Atlas)
- % de alunos do ensino médio em escolas com internet, 2016 e 2017, por sexo e por raça (Atlas)

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil>

INEP – IDEB

<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>

INEP – Docentes com curso superior

<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/percentual-de-docentes-com-curso-superior>

INEP – Taxa distorção idade-série

<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-distorcao-idade-serie>

INEP – Taxas aprovação, reprovação, abandono (rendimento)

<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento>

	■ IDEB anos iniciais e finais do ensino fundamental, ensino médio, e metas anuais projetadas (INEP – 2005 a 2019) ■ Percentual de docentes com curso superior (INEP) ■ Taxa de distorção idade-série (INEP – 2006 a 2020) ■ Taxa de aprovação escolar no ensino fundamental e médio (INEP – 2007 a 2020) ■ Taxa de reprovação escolar no ensino fundamental e médio (INEP – 2007 a 2020) ■ Taxa de abandono escolar no ensino fundamental e médio (INEP – 2007 a 2020)	
QUALIDADE DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS PARA EDUCAÇÃO  META 4.a	■ Percentual de escolas com acesso à água, por etapa de ensino ■ Percentual de escolas com acesso à eletricidade, por etapa de ensino ■ Percentual de escolas com acesso a instalações sanitárias (banheiro dentro ou fora do prédio), por etapa de ensino ■ Percentual de escolas com computadores para fins pedagógicos (laboratório de informática), por etapa de ensino ■ Percentual de escolas com acesso à internet para fins pedagógicos, por etapa de ensino ■ Percentual de escolas com infraestrutura adequada para pessoas com deficiência, por etapa de ensino ■ Percentual de escolas com acesso a Atendimento Educacional Especializado, por etapa de ensino	<i>INEP - Censo Escolar</i> https://gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar

IGUALDADE DE GÊNERO		
MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA  META 5.c	■ Proporção de famílias com mulheres responsáveis pela família (%) (Censo 2010)	IBGE – Estatísticas de Gênero (Tema = Famílias – Selecione nome do Município) https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-15,-16,53,54,55,-17,-18,128&ind=4704
EDUCAÇÃO  META 5.c	■ Taxa de analfabetismo de homens e mulheres (Censo 2010)	IBGE – Estatísticas de Gênero (Tema = Educação – Selecione nome do Município) https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0,320320&cat=-1,1,2,-2,-3,128&ind=4693
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA  METAS 5.5, 5.c	■ Proporção de mulheres vereadoras na Câmara Municipal nas três últimas eleições municipais	Tribunal Superior Eleitoral https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais Campanha Participa Mulher da Justiça Eleitoral https://www.justicaeleitoral.jus.br/participa-mulher/
DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS ENTRE HOMENS E MULHERES  METAS 5.a, 5.c  META 8.5	■ Razão entre o rendimento médio das mulheres em relação ao rendimento dos homens (%) (Censo 2010)	IBGE – Estatísticas de Gênero (Tema = Rendimento – Selecione nome do Município) https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=&ind=4721

SERVIÇOS PÚBLICOS  META 5.4	■ Número de creches públicas disponíveis no município ■ Número de programas de habitação com prioridade para mulheres chefes de família e vítimas de violência doméstica ■ Equipamentos existentes no município de amparo às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar (Delegacia da Mulher, Abrigo, CRAM, etc)	Informações podem ser obtidas junto à Secretaria de Assistência Social do Município
VIOLÊNCIA DE GÊNERO  META 5.6	■ Proporção de mulheres e meninas de 15 anos de idade ou mais que sofreram violência física, sexual ou psicológica, por parte de um parceiro íntimo atual ou anterior, nos últimos 12 meses, por forma de violência e por idade ■ Proporção de mulheres e meninas de 15 anos ou mais que sofreram violência sexual por outras pessoas não parceiras íntimas, nos últimos 12 meses, por idade e local de ocorrência	Informações podem ser obtidas junto às Delegacias de Polícia Civil do Município
ÁGUA E SANEAMENTO		
ACESSO À ÁGUA  METAS 6.1, 6.3, 6.4	■ Percentual da população total atendida com abastecimento de água	SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (água e esgoto) http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/
ESGOTAMENTO SANITÁRIO  META 6.2	■ Percentual da população total atendida com esgotamento sanitário ■ Percentual de esgoto tratado em relação ao volume de água consumida	SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (água e esgoto) http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/

PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA  META 6.4	■ Índice de perdas na distribuição de água	SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (água e esgoto) http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/
QUALIDADE DA ÁGUA  META 6.3	■ Taxa de internações por doenças de veiculação hídrica (Por 10 mil habitantes) ■ Taxa de incidência de doenças de veiculação hídrica na população de 0 a 4 anos (Por 10 mil habitantes) ■ Taxa de óbitos por doenças gastrointestinais infecciosas (Por 10 mil habitantes)	Painel Saneamento Brasil https://www.painelsaneamento.org.br/site/index
TRABALHO, RENDA E CRESCIMENTO ECONÔMICO		
EMPREGO  METAS 8.5, 8.6	■ Número total de admissões por ano, por sexo (CAGED) ■ Número total de desligamentos por ano, por sexo (CAGED) ■ Saldo total de empregos formais, por sexo (CAGED) ■ Variação percentual da empregabilidade formal no ano (CAGED) ■ Total de pessoas ocupadas no município em empregos formais (IBGE-CEMPRE) ■ % de pessoas ocupadas no município em empregos formais (IBGE-CEMPRE) ■ Taxa de atividade 2010 (Atlas) ■ Taxa de desocupação 2010 (Atlas) ■ Situação ocupacional da população de 18 anos ou mais de idade no município, 2000 e 2010 (Atlas)	CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados http://pdet.mte.gov.br/caged IBGE - Cadastro Central de Empresas – CEMPRE https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/cempre/quadros/brasil/2018 Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil http://www.atlasbrasil.org.br/perfil

RENDA  METAS 8.5, 8.6	■ Salário médio mensal dos trabalhadores formais (IBGE-CEMPRE) ■ Renda <i>per capita</i> mensal 2010 (Atlas)	IBGE – Cadastro Central de Empresas – CEMPRE https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/cempre/quadros/brasil/2018 Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil http://www.atlasbrasil.org.br/perfil
PRODUTIVIDADE DA ECONOMIA  METAS 8.2, 8.3	■ Evolução dos estabelecimentos empresariais de um exercício para o exercício anterior	RAIS – Ministério da Economia https://www.gov.br/trabalho/pt-br Confederação Nacional de Municípios https://ods.cnm.org.br/mandala-municipal
ECONOMIA MUNICIPAL  METAS 8.1, 8.2	■ Produto Interno Bruto do município, por ano ■ Produto Interno Bruto <i>per capita</i> do município, por ano ■ Produto Interno Bruto desagregado por setor, por ano ■ Evolução da produção pecuária no município por tipo de criação	IBGE Cidades (Pesquisas – Produto Interno Bruto dos Municípios) https://cidades.ibge.gov.br/ IBGE Cidades (Pesquisas – Pecuária) https://cidades.ibge.gov.br/
TRABALHO ESCRAVO  META 8.7	■ Quantidade de trabalhadores em condição análoga à de escravo encontrados por ano no município	Radar SIT https://sit.trabalho.gov.br/radar/

DESIGUALDADE SOCIAL		
GRAU DE CONCENTRAÇÃO DE RENDA  METAS 10.1, 10.2	■ Índice de Gini da renda domiciliar per capita segundo município, 1991, 2000 e 2010	DATASUS/IBGE http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginibr.def
RESÍDUOS SÓLIDOS		
COLETA DE LIXO  META 12.4  METAS 11.1, 11.6  META 14.1	■ ■ ■ Percentual da população atendida com a coleta de resíduos sólidos domiciliares e públicos ■ ■ ■ Quantidade de caminhões de coleta (compactadores, basculantes etc) pertencentes aos agentes públicos e privados executores da coleta RDO (resíduos sólidos domiciliares) e RPU (resíduos sólidos públicos) no município ■ ■ ■ Percentual da população atendida com a coleta de resíduos recicláveis domiciliares e públicos	SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (resíduos sólidos) http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/ *Ver páginas 86 a 88 deste Guia.
SEGURANÇA		
VIOLÊNCIA  META 16.1	■ Número e taxa de homicídios por 100 mil habitantes no município ■ Percentual de vítimas de homicídio de 15 a 29 anos no município ■ Percentual de vítimas de homicídio por raça ■ Número de mulheres vítimas de homicídio por ano, por raça, faixa etária e estado civil ■ Taxa de mulheres vítimas de homicídio a cada 100 mil habitantes	DATASUS – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10br.def *Ver página 79 deste Guia.

TRANSPARÊNCIA  METAS 16.5, 16.6	■ Índice de Transparência de Governos Municipais	<i>Ministério Público Federal - Mapa da Transparência</i> http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking <i>Controladoria Geral da União - Mapa Brasil Transparente</i> https://mbt.cgu.gov.br/publico/home
MEIO AMBIENTE		
VIDA NA TERRA  METAS 15.1, 15.2, 15.3	■ Concentração dos focos de calor e cobertura vegetal por flora nativa no município, 2017 (Atlas) ■ Percentual de arborização de vias públicas, 2010 (IBGE Cidades – Panorama – Território e Ambiente)	<i>Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil</i> http://www.atlasbrasil.org.br/perfil <i>IBGE Cidades (Panorama – Território e Ambiente)</i> https://cidades.ibge.gov.br/

PARA LEMBRAR NA HORA DE COLOCAR EM PRÁTICA!

Conhecer a realidade local e identificar quais objetivos e metas da Agenda 2030 são prioritários para a promoção do desenvolvimento sustentável no seu município: estas são as principais funções do diagnóstico situacional. É nesta tarefa, de identificação tanto dos obstáculos quanto das potencialidades, que esse diagnóstico deve atuar, apontando as áreas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que demandam melhor planejamento e maior empenho. Além de analisar os indicadores já existentes que se relacionam com os ODSs, a elaboração do diagnóstico pode também auxiliar na identificação de indicadores que precisam ser criados e dados ainda não disponíveis.



SAIBA MAIS!

GOVERNANÇA PARTICIPATIVA

Os observatórios e painéis de indicadores locais são ferramentas importantes para manter a população informada sobre o desempenho das políticas públicas e da realidade social, econômica e ambiental do município. Trata-se também de um instrumento de transparência do governo municipal, pois permite o acesso à informação, a dados em séries históricas e pode abrir um canal de comunicação com a comunidade. Alguns exemplos de dados abertos monitoráveis.

Observa NIT (Niterói/RJ)

Observa VIX (Vitória/ES)

Painel de Indicadores da Serra (Serra/ES)

É fundamental que o documento final elaborado, ou seja, o Diagnóstico Situacional Municipal, seja um suporte de fato utilizado no alinhamento dos ODS ao planejamento municipal – seja nos Planos Plurianuais (PPA), seja no Plano Diretor ou em outros documentos – para que todas as áreas do desenvolvimento sejam contempladas nas políticas e programas do município. Além disso, o setor produtivo privado também pode ser incentivado a incluir os ODS no seu planejamento, por meio dos planos estratégicos ou dos relatórios de sustentabilidade, sempre utilizando o Diagnóstico como base.



Leia Mais no **Guia de Identificação de Aceleradores para o Progresso dos ODS**, que integra essa Coletânea.

Como a Agenda 2030 é muito abrangente, provavelmente o Diagnóstico apontará que muitos dos temas dos ODS já estão sendo trabalhados pelo município. Assim, é importante que o Diagnóstico aponte as áreas de atuação e parcerias já iniciadas que se vinculem com aos ODS e as metas para as quais já existem programas e ações em andamento.

É de fundamental importância que o Diagnóstico seja uma ferramenta de fato utilizada nos processos decisórios. Dessa forma, dentro das possibilidades do seu município, é necessário que busque organizar a divulgação do documento e as ações participativas: quanto mais pessoas se sentirem como parte do processo, maior será sua amplitude e sucesso no alcance das metas. Uma opção é a criação de fóruns participativos, que permitam o monitoramento dos indicadores levantados no Diagnóstico, assim como a implementação dos ODS e a contribuição da população local neste caminho. Também é importante a formação de mecanismos de acompanhamento e coordenação institucional, que auxiliem no desenvolvimento de um trabalho conjunto.



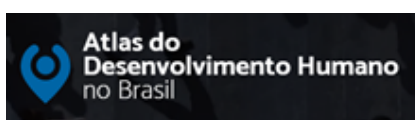
FICA A DICA!

Só conseguimos melhorar e desenvolver quando conhecemos de fato a realidade e é a partir de dados e informações realistas que isso é possível. Portanto, organizar um diagnóstico, um retrato do seu município feito por meio de dados e informações diversas, é um passo essencial no alcance do desenvolvimento duradouro e na melhoria da qualidade de vida das pessoas.



PNUD INDICA

Não deixe de acessar! Aqui estão alguns portais com informações sobre a Agenda 2030, Desenvolvimento Humano e municípios do Brasil!



Brasil



REFERÊNCIAS

BRASIL. *Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN*. Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/>. Acesso em 23 Jun 2021.

BRASIL. *Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho*. Ministério do Trabalho. Disponível em <http://pdet.mte.gov.br/caged>. Acesso em 22 Jun 2021.

BRASIL. *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS*. Ministério do Desenvolvimento Regional. Disponível em <http://www.snis.gov.br/>. Acesso em 22 Jun 2021.

BRASIL. *Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis*. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/gestores/painel-de-indicadores-epidemiologicos>. Acesso em 22 Jun 2021.

BRASIL. *Portal de Inspeção do Trabalho. Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil*. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em 22 Jun 2021.

BRASIL. *Portal da Saúde. DATASUS*. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>. Acesso em 22 Jun 2021.

CNM. Confederação Nacional de Municípios. *Guia para localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros*. Brasília: CNM, 2016. Disponível em: https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ODS-Objetivos_de_Developmento_Sustentavel_nos_Municipios_Brasileiros.pdf. Acesso em 15 jun 2021.

FGV, EMap. *Info Dengue*. Situação Epidemiológica. Disponível em: <https://info.dengue.mat.br/>. Acesso em 24 Jun 2021.

FIRJAN. *Índice Firjan de Gestão Fiscal*. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>. Acesso em 23 jun 2021.

IBGE. *IBGE Cidade*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 23 Jun 2021.

IBGE. *Banco de Tabelas e Estatísticas – SIDRA*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca15/brasil>. Acesso em 23 Jun 2021.

IJSN. *Observatório da Segurança Cidadã no Espírito Santo*. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/observatorio-da-seguranca-cidada/paineis-de-indicadores/ocorrencias-letais>. Acesso em 22 Jun 2021.

INSPER. *Portal Meu Município*. Disponível em: <https://meumunicipio.org.br/>. Acesso em 22 Jun 2021.

ONU, BRASIL. *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf. Acesso em 10 jun 2021.

PAHO/IRIS. *Por que a desagregação de dados é essencial durante pandemias*. 2021. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52072>. Acesso em 23 Jun 2021.

PERNAMBUCO. *Base de Dados do Estado. Governo do Estado de Pernambuco*. Disponível em: http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=869&Cod=3. Acesso em 22 Jun 2021.

PNUD, IPEA. *Plataforma Agenda 2030*. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/>. Acesso em 26 jun 2021.

PNUD, CNM. *Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros*. Brasília: PNUD, 2017. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/index.php/biblioteca/exibe/2855>. Acesso em 12 jun 2021.

PNUD. *Acompanhando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: PNUD, 2015. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/acompanhando-a-agenda-2030.html>. Acesso em 05 Jun 2021.

PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em 10 Jun 2021.

PNUD. *Projeto Oeste 2030. Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://oestep2030.org.br/>. Acesso em 23 jun 2021.

OLIVEIRA, A. T. R. *Sistemas de estatísticas vitais no Brasil: avanços, perspectivas e desafios*. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101575.pdf>. Acesso em: 19 junho 2021.



ANEXO

INDICADORES ODS

Quadro global de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e metas da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável

O quadro de indicadores globais a seguir foi desenvolvido pelo Grupo Interagencial de Peritos (IAEG-ODSs) sobre os Indicadores dos ODS e acordado, incluindo as melhorias em diversos indicadores, na 48a sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas realizada em março de 2017.

O quadro de indicadores globais foi posteriormente adotado pela Assembleia Geral, no dia 6 de julho de 2017, e faz parte da **Resolução adotada pela Assembleia Geral sobre o Trabalho da Comissão de Estatística, referente à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (A/RES/71/313)**, em anexo. As melhorias anuais dos indicadores serão incluídas na lista de indicadores à medida que ocorrerem. A lista oficial de indicadores abaixo inclui o quadro de indicadores globais que consta do A/RES/71/313, incluindo as melhorias acordadas pela Comissão de Estatística na 49a sessão de março de 2018 (E/CN.3/2018/2, anexo II) e na 50a sessão, em março de 2019 (E/CN.3/2019/2, anexo II).

A lista inclui 232 indicadores em relação aos quais se chegou a um acordo geral. Observe que o número total listado no quadro de indicadores globais dos indicadores ODS é 244. No entanto, uma vez que nove indicadores se repetem sob duas ou três metas diferentes (veja abaixo), o número total real de indicadores individuais na lista é 232.

Quadro de indicadores globais para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*

Os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável devem ser discriminados, quando apropriado, por renda, sexo, idade, raça, etnia, situação de migração, deficiência, localização geográfica e outras características, de acordo com os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais¹.

Objetivos e metas (da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável)	Indicadores
OBJETIVO 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	
1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia	1.1.1 Proporção da população que vive abaixo da linha da pobreza internacional, discriminada por sexo, idade, situação empregatícia e localização geográfica (urbana ou rural)
1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais	1.2.1 Proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza nacional, discriminada por sexo e idade
	1.2.2 Proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais
1.3 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social apropriados para todos, incluindo pisos e, até 2030, atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis	1.3.1 Proporção da população coberta por sistemas ou níveis mínimos de proteção social, discriminada por sexo, fazendo distinção entre crianças, desempregados, idosos, pessoas com deficiência, gestantes, recém-nascidos, vítimas de acidentes trabalho, pobres e vulneráveis
1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	1.4.1 Proporção da população que mora em domicílios com acesso a serviços básicos
	1.4.2 Proporção da população adulta total com direitos assegurados de posse da terra: a) que tem documentação legalmente reconhecida a esse respeito; e b) considera seus direitos assegurados, discriminados por sexo e tipo de posse

1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir essa exposição e vulnerabilidade a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais	1.5.1 Número de pessoas mortas, desaparecidas e afetadas diretamente atribuído a desastres por 100.000 habitantes
	1.5.2 Perdas econômicas diretas atribuídas a desastres em relação ao produto interno bruto (PIB) mundial
	1.5.3 Número de países que adotam estratégias nacionais de redução de riscos de desastres, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030
	1.5.4 Proporção de governos locais que adotam estratégias locais de redução do risco de desastres, de acordo com as estratégias nacionais de redução do risco de desastres
1.a Garantir a mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, de forma a proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões	1.a.1 Proporção de recursos gerados internamente que o governo aloca de forma direta para os programas de redução da pobreza
	1.a.2 Proporção do gasto público total destinado a serviços essenciais (educação, saúde e proteção social)
	1.a.3 Soma do total de subsídios e alocações não geradoras de dívida diretamente dedicadas a programas de redução da pobreza proporcionalmente ao PIB
1.b Criar marcos políticos sólidos, em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza	1.b.1 Proporção de gastos públicos periódicos e capital dedicados a setores que beneficiam desproporcionalmente as mulheres, os pobres e os grupos vulneráveis

OBJETIVO 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	
2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.	2.1.1 Prevalência de desnutrição 2.1.2 Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave entre a população, de acordo com a escala de percepção de insegurança alimentar
2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, inclusive pelo alcance, até 2025, das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas	2.2.1 Prevalência de retardo de crescimento (estatura em relação à idade, desvio padrão < -2 da mediana dos padrões de crescimento infantil da Organização Mundial da Saúde [OMS]) entre crianças menores de 5 anos 2.2.2 Prevalência de desnutrição (peso em relação à estatura, desvio padrão > +2 ou < -2 da mediana dos padrões de crescimento infantil da OMS) entre crianças menores de 5 anos, discriminadas por tipo (emagrecimento e sobrepeso)
2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	2.3.1 Volume de produção por unidade de trabalho, discriminado por tamanho e tipo de exploração (agrícola/pecuária/florestal) 2.3.2 Renda média dos pequenos produtores de alimentos, discriminados por sexo e condição indígena
2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas robustas, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo	2.4.1 Proporção da área agrícola em que a agricultura produtiva e sustentável é praticada

2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e adequadamente geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, conforme acordado internacionalmente	2.5.1 Número de recursos genéticos vegetais e animais para alimentação e agricultura preservados em instalações de conservação de médio e longo prazo
	2.5.2 Proporção de raças e variedades locais consideradas em risco de extinção, sem risco ou com nível de risco desconhecido
2.a Aumentar o investimento, inclusive por meio do reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, de maneira a aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países de menor desenvolvimento relativo	2.a.1 Índice de orientação agrícola para gastos públicos
	2.a.2 Fluxos oficiais totais de recursos (assistência oficial ao desenvolvimento mais outros fluxos oficiais) para o setor agrícola
2.b Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, inclusive por meio da eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha	2.b.1 Subsídios à exportação de produtos agrícolas
2.c Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos	2.c.1 Indicador de anomalias nos preços dos alimentos

OBJETIVO 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	
3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos	3.1.1 Taxa de mortalidade materna
	3.1.2 Proporção de partos atendidos por pessoal de saúde especializado
3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1.000 nascidos vivos	3.2.1 Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos
	3.2.2 Taxa de mortalidade neonatal
3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis	3.3.1 Número de novas infecções por HIV por 1.000 habitantes não infectados, discriminado por sexo, idade e populações-chave
	3.3.2 Incidência de tuberculose por 100.000 habitantes
	3.3.3 Incidência de malária por 1.000 habitantes
	3.3.4 Incidência de hepatite B por 100.000 habitantes
	3.3.5 Número de pessoas que necessitam de intervenções contra doenças tropicais negligenciadas
3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis, por meio de prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar	3.4.1 Taxa de mortalidade atribuída a doenças cardiovasculares, câncer, diabetes ou doenças respiratórias crônicas
	3.4.2 Taxa de mortalidade por suicídio
3.5 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o uso indevido de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool	3.5.1 Cobertura dos tratamentos (farmacológicos e psicossociais, e serviços de reabilitação e pós-tratamento) de transtornos por abuso de substâncias viciantes
	3.5.2 Consumo nocivo de álcool, definido de acordo com o contexto nacional como o consumo de álcool per capita (a partir dos 15 anos) durante um ano civil em litros de álcool puro
3.6 Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas	3.6.1 Taxa de mortalidade por lesões causadas por acidentes de trânsito

3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, a informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais	3.7.1 Proporção de mulheres em idade fértil (entre 15 e 49 anos) que cobrem suas necessidades de planejamento familiar com métodos modernos
	3.7.2 Taxa de fertilidade de meninas adolescentes (entre 10 e 14 anos e entre 15 e 19 anos) por 1.000 mulheres dessa faixa etária
3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos	3.8.1 Cobertura de serviços essenciais de saúde (definida como a cobertura média dos serviços essenciais entre a população em geral e os mais desfavorecidos, calculada a partir de intervenções rastreadoras, como as relacionadas à saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, doenças infecciosas, doenças não transmissíveis, capacidade dos serviços e acesso a eles)
	3.8.2 Proporção da população com grandes gastos em saúde por domicílio como porcentagem do total de gastos ou receitas familiares
3.9 Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos e por contaminação e poluição do ar, da água e do solo	3.9.1 Taxa de mortalidade atribuída à poluição do ar doméstica e ambiental
	3.9.2 Taxa de mortalidade atribuída à água insalubre, saneamento deficiente e falta de higiene (exposição a serviços insalubres de água, serviços de saneamento e higiene para todos (WASH))
	3.9.3 Taxa de mortalidade atribuída a intoxicações involuntárias
3.a Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial de Saúde em todos os países, conforme apropriado	3.a.1 Prevalência do consumo atual de tabaco após os 15 anos (idades ajustadas)

3.b Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e Saúde Pública, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, na sigla em inglês) sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos	3.b.1 Proporção da população imunizada com todas as vacinas incluídas em cada programa nacional
	3.b.2 Total líquido de assistência oficial ao desenvolvimento para os setores de pesquisa médica e atenção básica à saúde
	3.b.3 Proporção de centros de saúde que têm um conjunto básico de medicamentos essenciais a preços acessíveis de forma sustentável
3.c Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento, treinamento e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países de menor desenvolvimento relativo e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento	3.c.1 Densidade e distribuição do pessoal de saúde
3.d Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais à saúde	3.d.1 Capacidade prevista no Regulamento Sanitário Internacional (RSI) e preparação para emergências da saúde

OBJETIVO 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	
4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino fundamental e médio, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes	4.1.1 Proporção de meninos, meninas e adolescentes que a) no segundo e terceiro anos; b) no final do ensino fundamental; e c) no final do ensino médio, atingiram pelo menos o nível mínimo de proficiência em i) leitura e ii) matemática, discriminada por sexo
4.2 Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso ao desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino fundamental	4.2.1 Proporção de crianças menores de 5 anos cujo desenvolvimento é adequado em termos de saúde, aprendizado e bem-estar psicossocial, discriminada por sexo
	4.2.2 Taxa de participação na aprendizagem organizada (um ano antes da idade oficial de ingresso no ensino fundamental), discriminada por sexo
4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade	4.3.1 Taxa de participação de jovens e adultos na educação e formação acadêmica e não acadêmica nos últimos 12 meses, discriminada por sexo
4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo	4.4.1 Proporção de jovens e adultos com competências em tecnologia da informação e comunicação (TIC), discriminada por tipo de competência técnica
4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade	4.5.1 Índices de paridade (entre mulheres e homens, áreas rurais e urbanas, quintis de riqueza superior e inferior e grupos como os de pessoas com deficiência, povos indígenas e pessoas afetadas por conflitos, à medida que os dados são disponibilizados) para todos os indicadores educacionais desta lista que possam ser discriminados
4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática	4.6.1 Proporção da população em determinada faixa etária que atingiu pelo menos um nível fixo de competência funcional em a) alfabetização; e b) noções básicas de matemática, discriminada por sexo

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessários para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção da cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável	4.7.1. Grau em que i) a educação para a cidadania mundial; e ii) a educação para o desenvolvimento sustentável, incluindo igualdade de gênero e direitos humanos, são incorporados em todos os níveis de a) políticas nacionais de educação; b) currículos; c) formação de professores; e d) avaliação dos alunos
4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos	4.a.1 Proporção de escolas com acesso a a) eletricidade; b) internet para fins pedagógicos; c) computadores para fins pedagógicos; d) infraestrutura e materiais adaptados aos alunos com deficiência; e) abastecimento básico de água potável; f) instalações sanitárias básicas separadas por sexo; e g) instalações básicas para lavar as mãos (conforme definido pelos indicadores WASH)
4.b Até 2020 substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento	4.b.1 Volume da assistência oficial ao desenvolvimento para bolsas de estudo, discriminado por setor e tipo de estudo
4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento	4.c.1 Proporção de professores a) da educação pré-escolar; b) do ensino fundamental; c) do ensino médio que receberam pelo menos a formação organizada docente antes do emprego ou no emprego (por exemplo, treinamento pedagógico) necessário para ensinar em cada nível em determinado país

OBJETIVO 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	
5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte	5.1.1 Determinar se existem ou não arcabouços legais para promover, reforçar e monitorar a igualdade e a não discriminação de gênero
5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e a exploração sexual e de outros tipos	5.2.1 Proporção de mulheres e meninas a partir de 15 anos de idade que sofreram violência física, sexual ou psicológica por parte de um parceiro atual ou anterior nos últimos 12 meses, discriminada por forma de violência e idade
	5.2.2 Proporção de mulheres e meninas a partir de 15 anos de idade que sofreram violência sexual por outras pessoas que não seus parceiros nos últimos 12 meses, discriminadas por idade e local de ocorrência
5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas	5.3.1 Proporção de mulheres entre 20 e 24 anos que se casaram ou mantiveram união estável antes dos 15 anos e dos 18 anos
	5.3.2 Proporção de meninas e mulheres entre 15 e 49 anos de idade que sofreram mutilação ou ablação genital feminina, discriminada por idade
5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais	5.4.1 Proporção do tempo dedicado ao trabalho doméstico e assistencial não remunerado, discriminada por sexo, idade e local
5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública	5.5.1 Proporção de assentos ocupados por mulheres em a) parlamentos nacionais; e b) governos locais
	5.5.2 Proporção de mulheres em cargos de gerência

5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão	5.6.1 Proporção de mulheres entre 15 e 49 anos de que tomam suas próprias decisões informadas sobre relações sexuais, uso de contraceptivos e cuidados com a saúde reprodutiva
	5.6.2 Número de países com leis e regulamentos que garantem a homens e mulheres a partir de 15 anos acesso total e igualitário a serviços de saúde sexual e reprodutiva, informações e educação a esse respeito
5.a Empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e o controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais	5.a.1 a) Proporção da população agrícola total com direitos assegurados de propriedade ou direitos sobre terras agrícolas, discriminada por sexo; e b) proporção de mulheres entre proprietários ou titulares de direitos sobre terras agrícolas, discriminada por tipo de posse
	5.a.2 Proporção de países cujo sistema legal (incluindo o direito consuetudinário) garante os direitos iguais das mulheres à propriedade ou ao controle da terra
5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres	5.b.1 Proporção de pessoas que têm telefone celular, discriminada por sexo
5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis	5.c.1 Proporção de países com sistemas para monitorar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e a alocação de recursos públicos para esse fim

OBJETIVO 6. Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos	
6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos	6.1.1 Proporção da população que utiliza serviços de abastecimento de água potável gerenciados sem risco
6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade	6.2.1 Proporção da população que utiliza: a) serviços de saneamento gerenciados sem riscos; e b) instalações para lavar as mãos com água e sabão
6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas, e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente	6.3.1 Proporção de águas residuais tratadas adequadamente
	6.3.2 Proporção de corpos hídricos com boa qualidade
6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água	6.4.1 Mudança no uso eficiente dos recursos hídricos ao longo do tempo
	6.4.2 Nível de estresse hídrico: retirada de água potável em relação aos recursos disponíveis
6.5 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado	6.5.1 Grau de implementação da gestão integrada dos recursos hídricos (0-100)
	6.5.2 Proporção da área de bacias transfronteiriças sujeitas a disposições operacionais de cooperação hídrica
6.6 Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos	6.6.1 Mudança na amplitude dos ecossistemas relacionados à água ao longo do tempo

6.a Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e ao saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso	6.a.1 Volume de assistência oficial ao desenvolvimento hídrico e ao saneamento, inserido num plano de gastos coordenado pelo governo
6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento	6.b.1 Proporção de unidades administrativas locais que estabeleceram políticas e procedimentos operacionais para a participação das comunidades locais na gestão hídrica e de saneamento

OBJETIVO 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos	
7.1 Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preço acessível a serviços de energia	7.1.1 Proporção da população que tem acesso à eletricidade
	7.1.2 Proporção da população cuja fonte primária de energia são combustíveis e tecnologias limpas
7.2 Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global	7.2.1 Proporção de energia renovável no consumo total final de energia
7.3 Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética	7.3.1 Intensidade energética medida de acordo com a energia primária e o PIB
7.a Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso à pesquisa e às tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa	7.a.1 Fluxos financeiros internacionais para os países em desenvolvimento para apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de energia limpa e a produção de energia renovável, incluindo os sistemas híbridos
7.b Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países de menor desenvolvimento relativo, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio	7.b.1 Investimentos em eficiência energética proporcional ao PIB e ao montante de investimento direto estrangeiro em transferências financeiras destinado à infraestrutura e tecnologia para serviços de desenvolvimento sustentável

OBJETIVO 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos

8.1 Sustentar o crescimento econômico per capita, de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, pelo menos o crescimento anual de 7% do produto interno bruto nos países de menor desenvolvimento relativo	8.1.1 Taxa de crescimento real anual do PIB per capita
8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão de obra	8.2.1 Taxa de crescimento real anual do PIB por pessoa empregada
8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, a geração de emprego decente, o empreendedorismo, a criatividade e a inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros	8.3.1 Proporção de emprego informal no setor não agrícola, discriminada por sexo
8.4 Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o “Plano Decenal de Programas Sobre Produção e Consumo Sustentáveis”, com os países desenvolvidos assumindo a liderança	8.4.1 Pegada material em termos absolutos, pegada material per capita e pegada material por PIB
	8.4.2 Consumo interno de material em termos absolutos, consumo interno de material per capita e consumo interno de material por PIB
8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente a todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor	8.5.1 Salário médio por hora dos funcionários, discriminado por ocupação, idade e pessoas com deficiência
	8.5.2 Taxa de desemprego, discriminada por sexo, idade e pessoas com deficiência
8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação	8.6.1 Proporção de jovens (entre 15 e 24 anos) que não estudam, não estão empregados ou não recebem formação

8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas	8.7.1 Proporção e número de crianças entre 5 e 17 anos que realizam trabalho infantil, discriminadas por sexo e idade
8.8 Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas com emprego precário	8.8.1 Taxas de frequência de lesões ocupacionais fatais e não fatais, discriminadas por sexo e situação de migração
	8.8.2 Nível de cumprimento nacional dos direitos trabalhistas (liberdade de associação e negociação coletiva), de acordo com as fontes textuais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a legislação nacional, discriminadas por sexo e situação de migração
8.9 Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais	8.9.1 PIB gerado diretamente pelo turismo na proporção do PIB total e da taxa de crescimento
	8.9.2 Proporção de empregos no setor de turismo sustentável em relação ao total de empregos do turismo
8.10 Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, financeiros e de seguros para todos	8.10.1 a) Número de agências bancárias comerciais por 100.000 adultos; e b) número de caixas eletrônicos por 100.000 adultos
	8.10.2 Proporção de adultos (a partir de 15 anos) que têm conta em banco ou outra instituição financeira ou prestador de serviços financeiros móvel
8.a Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio (Aid for Trade) para os países em desenvolvimento, particularmente os países de menor desenvolvimento relativo, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países de menor desenvolvimento relativo	8.a.1 Compromissos e desembolsos em relação à iniciativa Ajuda para o Comércio
8.b Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho	8.b.1 Existência de estratégia nacional organizada e contínua para o emprego dos jovens, como estratégia independente ou como parte de uma estratégia nacional de emprego

OBJETIVO 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

9.1 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e robusta, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	9.1.1 Proporção da população residente em área rural a menos de 2 km de uma estrada transitável durante o ano todo
	9.1.2 Volume de transporte de passageiros e carga, discriminado por meio de transporte
9.2 Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no emprego e no produto interno bruto, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países de menor desenvolvimento relativo	9.2.1 Valor adicionado do setor manufatureiro proporcional ao PIB e per capita
	9.2.2 Emprego no setor manufatureiro proporcional ao emprego total
9.3 Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados	9.3.1 Proporção do valor agregado total do setor industrial correspondente às pequenas indústrias
	9.3.2 Proporção de pequenas indústrias que receberam empréstimo ou linha de crédito
9.4 Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades	9.4.1 Emissões de CO2 por unidade de valor agregado
9.5 Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento	9.5.1 Despesas com pesquisa e desenvolvimento proporcionais ao PIB
	9.5.2 Número de pesquisadores (em período integral) por milhão de habitantes

9.a Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e robusta em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países de menor desenvolvimento relativo, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento	9.a.1 Apoio internacional oficial total (assistência oficial ao desenvolvimento mais outros fluxos oficiais de recursos) à infraestrutura
9.b Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities	9.b.1 Proporção do valor agregado da indústria de média e alta tecnologia no valor agregado total
9.c Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar ao máximo para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020	9.c.1 Proporção da população com cobertura de rede móvel, discriminada por tecnologia

OBJETIVO 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	
10.1 Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre em taxa maior que a média nacional	10.1.1 Taxas de crescimento per capita das despesas ou da renda domiciliar dos 40% mais pobres da população e da população total
10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra	10.2.1 Proporção de pessoas que vivem abaixo de 50% da renda mediana, discriminada por sexo, idade e pessoas com deficiência
10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e promover legislação, políticas e ações adequadas a este respeito	10.3.1 Proporção da população que afirma ter se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos pelo direito internacional dos direitos humanos
10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e políticas de proteção social, e alcançar progressivamente maior igualdade	10.4.1 Proporção do PIB gerado pelo trabalho, que inclui salários e transferências de proteção social
10.5 Melhorar a regulamentação e o monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais, e fortalecer a implementação de tais regulamentações	10.5.1 Indicadores de solidez financeira
10.6 Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de garantir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas	10.6.1 Proporção de membros e direitos de voto dos países em desenvolvimento em organizações internacionais
10.7 Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável de pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas	10.7.1 Custo da contratação pago pelo funcionário proporcionalmente à renda mensal recebida no país de destino
	10.7.2 Número de países que implementaram políticas migratórias bem gerenciadas, que facilitam a migração e a mobilidade ordenadas, seguras, regulares e responsáveis pelas pessoas

10.a Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, em conformidade e com os acordos da Organização Mundial do Comércio	10.a.1 Proporção de linhas tarifárias aplicáveis às importações de países menos desenvolvidos e países em desenvolvimento com tarifa zero
10.b Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais	10.b.1 Fluxos totais de recursos de desenvolvimento, discriminados por país destinatário e país doador e por tipo de corrente (por exemplo, assistência oficial ao desenvolvimento, investimento direto estrangeiro e outros fluxos)
10.c Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar “corredores de remessas” com custos superiores a 5%	10.c.1 Custo das remessas proporcionalmente aos valores enviados

OBJETIVO 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação e aos serviços básicos seguros, adequados e a preço acessível, e urbanizar as favelas	11.1.1 Proporção da população urbana que mora em bairros marginalizados, assentamentos informais ou moradias inadequadas
11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos	11.2.1 Proporção da população que tem fácil acesso ao transporte público, discriminada por sexo, idade e pessoas com deficiência
11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todos os países	11.3.1 Relação entre a taxa de consumo do solo e a taxa de crescimento populacional
	11.3.2 Proporção de cidades que têm estrutura de participação direta da sociedade civil no planejamento e gestão urbanos e operam regular e democraticamente
11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo	11.4.1 Despesas totais (públicas e privadas) per capita para preservação, proteção e conservação de todo o patrimônio cultural e natural, discriminadas por tipo de patrimônio (cultural, natural, misto e reconhecido pelo Centro do Patrimônio Mundial), nível de governo (nacional, regional e local ou municipal), tipo de despesa (despesas operacionais ou investimentos) e tipo de financiamento privado (doações em espécie, financiamento do setor privado sem fins lucrativos e patrocínio)
11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuir substancialmente as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade	11.5.1 Número de pessoas mortas, desaparecidas e afetadas diretamente atribuído a desastres por 100.000 pessoas
	11.5.2 Perdas econômicas diretas em relação ao PIB mundial, danos à infraestrutura essencial e número de interrupções dos serviços básicos atribuídos a desastres

11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros	11.6.1 Proporção de resíduos sólidos urbanos coletados periodicamente e com descarga final adequada em relação ao total de resíduos sólidos urbanos gerados, discriminada por cidade
	11.6.2 Níveis médios anuais de partículas finas em suspensão (por exemplo, PM2.5 e PM10) nas cidades (ponderados pela população)
11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência	11.7.1 Proporção média da superfície construída das cidades que é dedicada a espaços abertos para uso público de todos, discriminada por sexo, idade e pessoas com deficiência
	11.7.2 Proporção de pessoas que foram vítimas de assédio físico ou sexual nos últimos 12 meses, discriminada por sexo, idade, grau de incapacidade e local do fato
11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento	11.a.1 Proporção da população residente em cidades que usam planos de desenvolvimento urbano e regional, que levam em consideração previsões demográficas e necessidades de recursos, discriminada por tamanho de cidade
11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação à mudança do clima, a resiliência a desastres, além de desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis	11.b.1 Número de países que adotam estratégias nacionais de redução do risco de desastres, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030
	11.b.2 Proporção de governos locais que adotam estratégias locais de redução do risco de desastres, de acordo com as estratégias nacionais de redução do riscos de desastres
11.c Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e robustas, utilizando materiais locais	11.c.1 Proporção do apoio financeiro aos países menos desenvolvidos atribuída à construção e ao acondicionamento com materiais locais sustentáveis, resilientes e eficientes no uso de recursos

OBJETIVO 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

12.1 Implementar o Plano Decenal de Programas Sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento	12.1.1 Número de países que incluem planos de ação nacionais sobre consumo e produção sustentáveis como prioridade ou objetivo nas políticas nacionais
12.2 Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais	12.2.1 Pegada material em termos absolutos, pegada material per capita e pegada material por PIB
	12.2.2 Consumo interno de material em termos absolutos, consumo interno de material per capita e consumo interno de material por PIB
12.3 Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, em nível de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita	12.3.1 a) Índice de perda de alimentos; e b) índice de desperdício de alimentos
12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionalmente acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, a água e o solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente	12.4.1 Número de partes em acordos ambientais multilaterais internacionais sobre resíduos perigosos e outros produtos químicos que cumprem seus compromissos e obrigações de transmitir informações conforme exigido em cada um desses acordos
	12.4.2 Resíduos perigosos gerados per capita e proporção de resíduos perigosos tratados, discriminados por tipo de tratamento
12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso	12.5.1 Taxa nacional de reciclagem, em toneladas de material reciclado
12.6 Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios	12.6.1 Número de empresas que publicam relatórios de sustentabilidade
12.7 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais	12.7.1 Número de países que usam políticas e planos de ação sustentáveis para aquisições públicas

12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza	12.8.1 Grau em que i) a educação para a cidadania mundial; e ii) a educação para o desenvolvimento sustentável (incluindo a educação para as mudanças climáticas) são incorporadas a) às políticas nacionais de educação; b) aos currículos; c) à formação de professores; e d) à avaliação dos alunos
12.a Apoiar países em desenvolvimento para que fortaleçam suas capacidades científicas e tecnológicas rumo a padrões mais sustentáveis de produção e consumo	12.a.1 Proporção de apoio à pesquisa e desenvolvimento fornecido aos países em desenvolvimento para consumo e produção sustentáveis e tecnologias ambientalmente saudáveis
12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais	12.b.1 Número de estratégias ou políticas de turismo sustentável e planos de ação em vigor que incluem instrumentos de monitoramento e avaliação acordados
12.c Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de maneira que proteja os pobres e as comunidades afetadas	12.c.1 Quantidade de subsídios aos combustíveis fósseis por unidade do PIB (produção e consumo) e na proporção do total das despesas nacionais com combustíveis fósseis

OBJETIVO 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos ²	
13.1 Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países	13.1.1 Número de pessoas mortas, desaparecidas e afetadas diretamente atribuído a desastres por 100.000 pessoas
	13.1.2 Número de países que adotam e aplicam estratégias nacionais de redução de riscos de desastres, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030
	13.1.3 Proporção de governos locais que adotam e aplicam estratégias locais de redução do risco de desastres, de acordo com as estratégias nacionais de redução do risco de desastres
13.2 Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais	13.2.1 Número de países que comunicaram o estabelecimento ou a implementação de uma política, estratégia ou plano integrado que aumente sua capacidade de se adaptar aos efeitos adversos das mudanças climáticas e que promove a resiliência climática e o desenvolvimento de baixas emissões de gases de efeito estufa sem comprometer a produção de alimentos (por exemplo, um plano nacional de adaptação, uma contribuição determinada nacionalmente, uma comunicação nacional ou um relatório de atualização bienal)
13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação global do clima, adaptação, redução de impacto, e alerta precoce à mudança do clima	13.3.1 Número de países que incorporaram a mitigação da mudança climática, a adaptação a ela, a redução de seus efeitos e o alerta antecipado nos currículos do ensino fundamental, médio e superior
	13.3.2 Número de países que relataram mais capacitação institucional, sistêmica e individual para implementar atividades de adaptação, mitigação e transferência de tecnologia e medidas de desenvolvimento

13.a Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano até 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto de ações significativas de mitigação e transparência na implementação, e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima, por meio de sua capitalização, o mais cedo possível	13.a.1 Soma anual, em dólares norte-americanos, mobilizada entre 2020 e 2025 como parte do compromisso de atingir 100.000 milhões de dólares
13.b Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas	13.b.1 Número de países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento que recebem apoio especializado e quantidade de apoio, particularmente financeiro, tecnológico e de capacitação, para mecanismos eficazes de desenvolvimento da capacidade de planejamento e gestão em relação às mudanças climáticas, incluindo aquelas voltadas para mulheres, jovens e comunidades locais e marginalizadas

OBJETIVO 14. Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	
14.1 Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes	14.1.1 Índice de eutrofização costeira e densidade de detritos plásticos flutuantes
14.2 Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos	14.2.1 Proporção de zonas econômicas nacionais exclusivas gerenciadas por meio de abordagens com base em ecossistemas
14.3 Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis	14.3.1 Acidez média do mar (pH) medida em um conjunto acordado de estações representativas de amostragem
14.4 Até 2020, efetivamente regular a coleta e acabar com a sobrepesca, a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos em níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas	14.4.1 Proporção de unidades populacionais de peixes cujos níveis são biologicamente sustentáveis
14.5 Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível	14.5.1 Cobertura de áreas protegidas em relação às áreas marinhas

14.6 Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio ³	14.6.1 Grau de aplicação de instrumentos internacionais destinados a combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada
14.7 Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio da gestão sustentável da pesca, aquicultura e do turismo	14.7.1 Proporção do PIB correspondente a pescarias sustentáveis em pequenos Estados insulares em desenvolvimento, nos países menos desenvolvidos e em todos os países
14.a Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo	14.a.1 Proporção do orçamento total de pesquisa alocado à pesquisa na área da tecnologia marinha
14.b Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados	14.b.1 Grau de aplicação de um arcabouço legal, regulador, normativo ou institucional que reconheça e proteja os direitos de acesso à pesca em pequena escala

14.c Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”	14.c.1 Número de países que, por meio de arcabouços legais, normativos e institucionais avançam na ratificação, aceitação e implementação de instrumentos relacionados aos oceanos que aplicam o direito internacional refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar para a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos
---	--

OBJETIVO 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda

15.1 Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e o uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial, florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais	15.1.1 Área florestal proporcional à área total
	15.1.2 Proporção de locais importantes para a biodiversidade terrestre e de água doce incluídos em áreas protegidas, discriminada por tipo de ecossistema
15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente	15.2.1 Progresso do manejo florestal sustentável
15.3 Até 2030, combater a desertificação e restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo	15.3.1 Proporção de terras degradadas em comparação à área total
15.4 Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios, que são essenciais para o desenvolvimento sustentável	15.4.1 Locais importantes para a biodiversidade de montanhas incluídos em áreas protegidas
	15.4.2 Índice de cobertura verde das montanhas
15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, estancar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas	15.5.1 Índice da lista vermelha
15.6 Garantir a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos	15.6.1 Número de países que adotaram estruturas legislativas, administrativas e normativas para garantir a distribuição justa e equitativa dos benefícios
15.7 Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas, e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem	15.7.1 Proporção de espécimes da flora e fauna selvagens comercializados, procedentes da caça furtiva ou do tráfico ilícito

15.8 Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias	15.8.1 Proporção de países que aprovaram a legislação nacional relevante e alocaram recursos suficientes para a prevenção ou o controle de espécies exóticas invasoras
15.9 Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza, e nos sistemas de contas	15.9.1 Progresso na consecução dos objetivos nacionais, estabelecidos de acordo com a segunda Meta de Aichi para a Biodiversidade do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020
15.a Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas	15.a.1 Assistência oficial ao desenvolvimento e gastos públicos destinados à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas
15.b Mobilizar significativamente os recursos de todas as fontes e em todos os níveis, para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento, para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento	15.b.1 Assistência oficial ao desenvolvimento e gastos públicos destinados à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas
15.c Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável	15.c.1 Proporção de espécimes da flora e fauna selvagens comercializados procedentes da caça furtiva ou do tráfico ilícito

OBJETIVO 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas, em todos os lugares	16.1.1 Número de vítimas de homicídios dolosos por 100.000 habitantes, discriminado por sexo e idade
	16.1.2 Mortes relacionadas a conflitos por 100.000 habitantes, discriminadas por sexo, idade e causa
	16.1.3 Proporção da população que sofreu a) violência física; b) violência psicológica; e c) violência sexual nos últimos 12 meses
	16.1.4 Proporção da população que se sente segura ao caminhar sozinha em sua área residencial
16.2 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças	16.2.1 Proporção de crianças entre 1 e 17 anos que sofreram punição física ou agressão psicológica de seus cuidadores no último mês
	16.2.2 Número de vítimas de tráfico de pessoas por 100.000 habitantes, discriminadas por sexo, idade e tipo de exploração
	16.2.3 Proporção de mulheres e homens jovens, entre 18 e 29 anos, que sofreram violência sexual antes de completarem 18 anos
16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos	16.3.1 Proporção de vítimas de violência nos últimos 12 meses que notificaram sua vitimização às autoridades competentes ou outros mecanismos de resolução de conflitos oficialmente reconhecidos
	16.3.2 Proporção de detidos que não foram condenados no total da população prisional
16.4 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados, e combater todas as formas de crime organizado	16.4.1 Valor total dos fluxos financeiros ilícitos recebidos e enviados (em dólares norte-americanos atuais)
	16.4.2 Proporção de armas apreendidas, encontradas ou entregues, cuja origem ou contexto ilícito foram determinados ou estabelecidos por uma autoridade competente, de acordo com instrumentos internacionais

16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas	16.5.1 Proporção de pessoas que tiveram pelo menos um contato com um funcionário público e que pagaram suborno a um funcionário público, ou a quem um funcionário público solicitou um suborno, durante os últimos 12 meses
	16.5.2 Proporção de empresas que tiveram pelo menos um contato com um funcionário público e pagaram suborno a um funcionário público ou a quem um funcionário público solicitou suborno durante os últimos 12 meses
16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	16.6.1 Gastos primários do governo em relação ao orçamento originalmente aprovado, discriminados por setor (ou por códigos orçamentários ou itens semelhantes)
	16.6.2 Proporção da população que se sente satisfeita com a sua mais recente experiência com os serviços públicos
16.7 Garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	16.7.1 Proporções de vagas em instituições nacionais e locais, entre elas: a) assembleias legislativas; b) administração pública; e c) poder judiciário, em comparação com a distribuição nacional, discriminada por sexo, idade, pessoas com deficiência e grupos populacionais
	16.7.2 Proporção da população que considera que a tomada de decisão é inclusiva e responde às suas necessidades, discriminada por sexo, idade, deficiência e grupo populacional
16.8 Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global	16.8.1 Proporção de membros e direitos de voto dos países em desenvolvimento em organizações internacionais
16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento	16.9.1 Proporção de crianças menores de 5 anos, cujo nascimento foi registrado em uma autoridade civil, discriminada por idade
16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	16.10.1 Número de casos verificados de assassinato, sequestro, desaparecimento forçado, detenção arbitrária e tortura de jornalistas, membros associados aos meios de comunicação, sindicalistas e defensores dos direitos humanos nos últimos 12 meses
	16.10.2 Número de países que adotam garantias constitucionais, legais ou normativas para acesso público à informação

16.a Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime	16.a.1 Existência de instituições nacionais independentes dos direitos humanos, em conformidade com os Princípios de Paris
16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável	16.b.1 Proporção da população que afirma ter se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibida pelo direito internacional dos direitos humanos

OBJETIVO 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

FINANÇAS

17.1 Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas	17.1.1 Receita total do governo em proporção ao PIB, discriminada por fonte
	17.1.2 Proporção do orçamento nacional financiada pelos impostos internos
17.2 Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento, inclusive o compromisso apresentado por vários países desenvolvidos de alcançar a meta de 0,7% da renda nacional bruta para assistência oficial ao desenvolvimento (RNB/AOD) aos países em desenvolvimento, e 0,15 a 0,20% da RNB/AOD para os países de menor desenvolvimento relativo; provedores de AOD são encorajados a considerarem definir uma meta para prover pelo menos 0,20% da RNB/AOD aos países de menor desenvolvimento relativo	17.2.1 Assistência oficial ao desenvolvimento líquido, total e aos países menos desenvolvidos, proporcionalmente à renda nacional bruta (RNB) dos doadores do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)
17.3 Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes	17.3.1 Investimento estrangeiro direto, assistência oficial ao desenvolvimento e cooperação Sul-Sul em relação ao orçamento nacional total
	17.3.2 Volume de remessas (em dólares norte-americanos) na proporção do PIB total
17.4 Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo, por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento	17.4.1 Serviço da dívida proporcional à exportação de bens e serviços
17.5 Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países de menor desenvolvimento relativo	17.5.1 Número de países que adotam sistemas de promoção de investimentos a favor dos países menos desenvolvidos

TECNOLOGIA	
17.6 Melhorar a cooperação regional e internacional Norte-Sul, Sul-Sul e triangular e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo global de facilitação de tecnologia global	17.6.1 Número de acordos e programas de cooperação em ciência ou tecnologia assinados pelos países, discriminado por tipo de cooperação 17.6.2 Número de assinantes de internet de banda larga fixa por 100 habitantes, discriminado por velocidade
17.7 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado	17.7.1 Total de recursos aprovados para os países em desenvolvimento, para promover o desenvolvimento, a transferência e a disseminação de tecnologias ambientalmente saudáveis
17.8 Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de desenvolvimento de capacidades em ciência, tecnologia e inovação para os países de menor desenvolvimento relativo até 2017, e aumentar o uso de tecnologias capacitadoras, em particular tecnologias de informação e comunicação	17.8.1 Proporção de pessoas que usam a internet
CAPACITAÇÃO	
17.9 Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada do desenvolvimento de capacidades em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular	17.9.1 Valor em dólares da assistência financeira e técnica (inclusive por meio da cooperação norte-sul, sul-sul e triangular) prometida aos países em desenvolvimento

COMÉRCIO	
17.10 Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha	17.10.1 Média tarifária mundial ponderada
17.11 Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países de menor desenvolvimento relativo nas exportações globais até 2020	17.11.1 Participação dos países em desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos nas exportações mundiais
17.12. Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países de menor desenvolvimento relativo, de acordo com as decisões da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países de menor desenvolvimento relativo sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado	17.12.1 Tarifas médias enfrentadas pelos países em desenvolvimento, países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento
QUESTÕES SISTÊMICAS	
Coerência normativa e institucional	
17.13 Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas	17.13.1 Painel macroeconômico
17.14 Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável	17.14.1 Número de países que têm mecanismos para melhorar a coerência das políticas de desenvolvimento sustentável
17.15 Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável	17.15.1 Grau de uso das estruturas de resultados e ferramentas de planejamento dos próprios países pelos fornecedores de cooperação para o desenvolvimento

Parcerias com várias partes interessadas	
17.16 Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável complementada por parcerias multissetoriais, que mobilizem e compartilhem conhecimento, experiência, tecnologia e recursos financeiros para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento	17.16.1 Número de países que relatam seu progresso nas estruturas de várias partes interessadas para monitorar a eficácia das atividades de desenvolvimento que apóiam a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas, privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias	17.17.1 Soma em dólares norte-americanos prometidas às a) parcerias público-privadas; e b) parcerias com a sociedade civil
Dados, vigilância e prestação de contas	
17.18 Até 2020, reforçar o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento, inclusive para os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, discriminados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais	17.18.1 Proporção de indicadores de desenvolvimento sustentável produzidos em nível nacional, com discriminação completa quando relevante para o objetivo, de acordo com os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais
	17.18.2 Número de países cuja legislação nacional sobre estatística está em conformidade com os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais
	17.18.3 Número de países que têm um plano estatístico nacional totalmente financiado e em processo de implementação, discriminado por fonte de financiamento
17.19 Até 2030, valer-se de iniciativas existentes, para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto e apoiar o desenvolvimento de capacidades em estatística nos países em desenvolvimento	17.19.1 Valor em dólares de todos os recursos fornecidos para fortalecer a capacidade estatística dos países em desenvolvimento
	17.19.2 Proporção de países que a) realizaram pelo menos um censo populacional e habitacional nos últimos dez anos; e b) registraram 100% dos nascimentos e 80% das mortes

*Conforme consta no Anexo da resolução aprovada pela Assembleia Geral do dia 6 de julho de 2017, Trabalho da Comissão de Estatística em relação à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (A/RES/71/313) e E/CN.3/2018/2 e E/CN.3/2019/2.

¹Resolução 68/261.

[†]Os códigos de indicadores foram desenvolvidos pela Divisão Estatística das Nações Unidas (UNSD, da sigla em inglês) para a transferência de dados, o acompanhamento e outros fins estatísticos.

²Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas é o principal fórum intergovernamental internacional para negociar a resposta global às mudanças climáticas.

³Levando em conta as negociações em andamento da Organização Mundial do Comércio, a Agenda de Desenvolvimento de Doha e o mandato da Declaração Ministerial de Hong Kong.



Coletânea Territorialização dos ODS

SEU MUNICÍPIO AJUDANDO A TRANSFORMAR O MUNDO

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Casa das Nações Unidas no Brasil

Complexo Sérgio Vieira de Mello, Módulo I, Prédio Zilda Arns

Setor de Embaixadas Norte, Quadra 802, Conjunto C, Lote 17

CEP: 70800-400 - Brasília - DF - Brasil

Telefone: +55 61 3038-9300

 PNUDBrasil

 PNUDBrasil

 pnud_brasil

 PNUDBrasil